

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas Departamento de Antropologia e Arqueologia

Curso de Bacharelado em Antropologia

Linha de formação em Antropologia Social e Cultural



Trabalho de Conclusão de Curso:

**entre o grito e o respiro, costuro em minhas mãos caminhos de volta:
aprendizagens em antropologia como educação**

Isabella Alves Guimarães

Pelotas, 2022

entre o grito e o respiro,
costuro em minhas mãos caminhos de volta:
aprendizagens em antropologia como educação.



isabella alves guimarães
Pelotas, 2022.

Isabella Alves Guimarães

entre o grito e o respiro, costuro em minhas mãos caminhos de volta:
aprendizagens em antropologia como educação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia com linha de formação em Antropologia Social e Cultural.

Orientadora: Dra. Loredana Ribeiro

Coorientação: Grupo Mariposas

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

G963e Guimarães, Isabella Alves

Entre o grito e o respiro, costuro em minha mãos caminhos de volta: aprendizagens em antropologia como educação / Isabella Alves Guimarães ; Loredana Ribeiro, orientadora ; Grupo Mariposas, coorientador. — Pelotas, 2022.

88 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Antropologia. 2. Educação. 3. Autoetnografia. 4. Escrivência. 5. Violência. I. Ribeiro, Loredana, orient. II. Mariposas, Grupo, coorient. III. Título.

CDD : 301



Dedico essa escrita
a Enedina por cultivar em nós a busca de yvy maraey e
às pessoas caídas, que insistem em cultivar curiosidades.

Agradecimentos

agradeço primeiramente, a Iansã por me guiar a cada descoberta me levando a fluir pelos ares com ferocidade e leveza. também a Maíra-Monã por acender em nós as chamas da ancestralidade nos lembrando, todos os dias do fogo que arde em nossas veias.

agradeço também as que vieram antes de mim, seja na academia, política e na vida cotidiana por abrir trilhos por onde eu possa caminhar atenta e a espreita para a construção de outros trilhos.

agradeço minhas famílias, em especial:

Laura, que sempre me lembrou que a vida é uma batalha que tem de ser batalhada todos os dias, com olhos de fúria de nossas ancestrais e a doçura do toque nos instrumentos que produzem vida em nós.

Cláudio, com quem aprendi a caminhar e observar os trajetos, além de ter me apresentado a poesia e a arte de amar a vida.

Sônia Maria, que me ensinou o que é autonomia e a lidar com a vida com amor e devoção aos caldeirões que fervem ideias contraditórias.

Antônio, que sempre me acolheu e me ajudou a ver que a diversidade em mim é potência.

Jane, com quem aprendo a cair repetidas e infinitas vezes, cair nos lembra o quão vivas estamos.

Janina, com quem desde cedo aprendi a arte de ser resiliente mesmo que digam que somos mulheres e não podemos.

Dagmar, que me ensina a escutar histórias antigas e ofícios ancestrais de sobrevivência na cidade.

Letícia Lemos que me ensina a escolher o amor e a escuta atenta, com suas artes manhas de continuar vive

Ioredana Ribeiro, com quem aprendo a colar os caquinhos e a observar os ciclos das plantas.

Diogo Gomes que me ensina a destreza de ser doce, miúdo e ter sonhos gigantescos.

Camila Panassol que me ensina a ter calma quando o mundo exige pressa.

Wemi que me ensina a estar presente e a ser fiel a humildade de quem somos, sem que no meio das batalhas percamos quem somos.

Tainã Caye Dahlem que me ensina a estar vulnerável e por isso, insistentemente viva, amando com dedos de poetisas as vidas banhadas de contradições e ambivalências.

Kunhã Arandu Jeguekai que me ensina a presentificar a ancestralidade e que me instiga a acabar com todos os medos coloniais.

Helena Porfírio que me ensina o silêncio e as miudezas de um amor de irmã mundana.

e as minhas amigas, amigues e amigos:

helô miléo martins que compartilha comigo sua braveza sem fim e me ensina que a fidelidade à nossa bravura não tem preço ou peso.

Janete Flores que me ensina a fluidez e movimentação da vida.

Nathaly Guatura que me ensina a magia dos rituais e da resiliência, do assar bolos cozinhar textos.

bibi lelis que me ensina a braveza ancestral das mulheres pataxó.

Roberta Cunha que me ensina que é possível um corpo LGBTQIA+ amar e ser amada.

thifita faniquita que me ensina a atravessar os perigos com presentes-feitiços de ratos.

Kati Ferreira que me ensina a me utilizar da ansiedade como estratégia e a fofocar enquanto crochetas.

Maria Zoé por compartilhar comigo o amor e devoção as plantas e braveza de ir atrás do que precisamos.

Julia Kave que me ensina a ser honesta comigo mesmo quando o mundo me diz o contrário.

Joja Vaiceulionis pela paciência e atenção.

as coletividades:

GAMP que me ensina a olhar com atenção para o trabalho das mais velhas e continuar trilhando caminhos de luta e resistência.

Coletiva Sálvia por me manter viva durante a pandemia.

Grupo Mariposas por me ensinar a prática do amor dentro das instituições de ensino, lembrando sempre que a educação quando associado ao amor é prática libertária.

“Você não sabe, ninguém viu
Mas ficou cravado na minha memória
Pega no laço e você sabe a história
Legalizam o genocídio
Chamam de pardos pra embranquecer
Enfraquecer e desestruturar você
Pra não saber de onde veio
E conta a história da bisa
Da sua bisa que era índia
E não é branco, nem preto
Nem indígena o suficiente
Pelos fiscais de id
Ninguém é ilegal em terra roubada
Tô renascendo das cinzas do fogo
Em que queimaram meus ancestrais
Ainda reexistimos em tantos tons e vivências”
[Kâe Guajajara, Mãos Vermelhas.](#)

Resumo:

Escrevo como quem vive, como quem destila seus sentimentos, dramas e tramas com linhas. Procuro, neste trabalho, explorar experimentações autoetnográficas como prática de reflexão crítica e encarnada, em outras palavras, identificar caminhos que indiquem visibilizar processos de aprendizagem de violências e resistências, rumo a emancipação da subjetividade de corpos colonizados. Assim, os objetivos que almejo são: 1) compreender o colonial-capitalismo, enquanto uma narrativa hegemônica que oblitera narrativas dissidentes; 2) refletir como a autoetnografia, enquanto processo e produto, pode ser um elemento criativo de comunicação de processos de aprendizagens situada; 3) compreender os estupro físicos e simbólicos como constituintes do dia a dia e, por consequência, dos processos de aprendizagem de corpos feminilizados; 4) produzir uma escrita poética, feminista descolonial que evoque as multiplicidades das coprodução e pactos entre racismo, sexismo, LGBTQIA+fobia. Para isso, como abordagem metodológica, experimento a escrevivência e autoetnografia como possibilidades de evidenciar as violências e resistências diárias. As principais reflexões consistem em dimensionar a perturbação criada pelas violências no cotidiano, apontando para enunciação como estratégia que permite um entendimento estrutural e coletivo.

Palavras-chave: Antropologia, Educação; Autoetnografia; Escrevivência; Violência.

SUMÁRIO

RESUMO:	8
CARTA ÀS PESSOAS LEITORAS	11
1. INTRODUÇÃO	19
2. CAPÍTULO 1 - ESCREVIVER, VIVER COMO QUEM ESCREVE: AUTOETNOGRAFIA COMO MÉTODO.	26
2.1. ETNOGRAFIA	27
2.2. COLONIALISMO E ANTROPOLOGIA	33
2.3. AUTOETNOGRAFIA: UMA POSSIBILIDADE DE ANALISAR AS FISSURAS	36
2.4. EU ME TORNO NÓS	42
3. CAPÍTULO 2 – ENTRE QUATRO PAREDES: O QUARTO E A SALA DE AULA	52
3.1. QUANTAS VEZES PODEMOS MORRER?	55
3.2. VIOLÊNCIA EVOCATIVA COMO EDUCAÇÃO DA ATENÇÃO	62
3.3. CAÇAS ÀS BRUXAS E O SUJEITO MODESTO DA CIÊNCIA	66
3.4. O ‘CASO HARVARD’: O ABUSO SEXUAL É UM PROBLEMA ANTROPOLÓGICO	70
3.5. O ELIAS ASSISTINDO A AULA PELO BURACO DA JANELA	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	86

SEUS SILÊNCIOS COMO FOGO LENTO FALA FALA GRITA
SELVAGEM QUE SE ACHA? FALA RESPIRA GRITA FALA FALA GRITA
PENSA PENSA SOLTA FALA RESPIRA GRITA GRITA GRITA
PENSA PENSA SOLTA FALA RESPIRA GRITA GRITA GRITA
ESCREVE DESENHA PINTA SOLTA JUNTOS PENSA FALA FALA...
SEJA NO LÍ DE NÓS - PRA BORDA VOCE POETIZE - SE RESPIRE
RESPIRE NOS - PRA VOCE E PARA OS OUTROS
FAÇA NOS LENTOS CONTINUOS
TENHA AMOR POR VOCE SEM
medos

parte de um grande
ser do tamanho de
ser do tamanho de

carta às pessoas leitoras

querida leitora, leitor e leitor,

espero que esteja bem, com saúde, perto das suas e dos seus. sabemos que a pandemia do Covid-19 mudou nossas vidas. mesmo que você tenha continuado a trabalhar, o medo, a fome e o contágio são insistentes no nosso cotidiano desde as primeiras e precárias ordens de distanciamento social. dia e noite, um dia após o outro, acordamos com mais certeza das precariedades e desmantelamento de políticas públicas que garantiam uma vida minimamente digna. nós da antropologia vemos nossas interlocutoras clássicas, como indígenas, quilombolas, homens e mulheres negras, LGBTQIA+ sendo as mais contaminadas pelo vírus covid-19 e afetadas pela política de morte que o governo atual implementa quando escolhe não se mexer e fazer acontecer medidas de seguridade das vidas subalternas. imagino que assim como eu, você leitora, por vezes tenha perdido fé na vida. o sentimento de impotência é uma constante, e arrisco dizer que é um sentimento coletivo. um dia desses, em que levantar da cama foi difícil, minha companheira de atravessar perigos, audre lorde, compartilhou comigo suas inquietações. frente a mortalidade incipiente, ela disse:

“Ao tomar forçadamente consciência de minha própria mortalidade, do que desejava e queria de minha vida, durasse o que durasse, as prioridades e as omissões brilharam sob uma luz impiedosa, e do que mais me arrependi foi de meus silêncios. O que me dava tanto medo?

(...)

Eu ia morrer cedo, tivesse falado ou não. Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês.” (Audre LORDE, 2019, p.51)

essas palavras me invadem, me desaguam, me fazem levantar da cama, pegar o caderninho e escrever, chorar, escrever, rir, escrever sem ímpeto, escrever mesmo quando não é convidativo. nessa necessidade latente de me envolver com a vida e redescobrir meus laços com o mundo vivo e de cuidar, mesmo de longe, das minhas mais velhas, essas escritas e costuras são gestadas lentamente. leitora, isso aqui é

um experimento. um experimento da escrevivência como o da Conceição Evaristo, como forma de sobreviver a esse momento de isolamento de pessoas já isoladas de uma vida digna e plena desde 1500. já que minha vida está assegurada pela condição de estudante de universidade pública, por bolsa FAPERGS e pelo ofício de artesã retomado de minhas avós, me vejo com o compromisso de me responsabilizar pelo que aprendi a perceber nessa jornada.

aqui no extremo sul do rio grande do sul é primavera, os verdes invadem tudo, eles brotam nos cimentos cinzas e esverdeiam a paisagem. sento-me no computador para escrever essa carta introdutória, ela é como um presságio do que está por vir e não tem pretensão de ser objetiva. o texto contém muitas lacunas o que demanda de você, leitor, o exercício de insistência para navegar pelas linhas, atravessar os tormentos, trovoadas e os não entendimentos que podem acontecer no meio do percurso. o objetivo dessa escrita é te afetar, leitor, te convidar a destilar sentimentos, histórias e dramas, a nomear o antes não nominado para assim entender a nossa história, e nos tornar narradores de nossos dramas, tramas e memórias.



(Família Paterna, bisá Enedina, eu, avó Dagmar. Fotografia de Cláudio Souza)

*essa fotografia me acompanha como amuleto, essas mulheres são o sentido desse texto. a fotografia me acompanha por onde escrevo, elas me olham com esse brilho todos os dias, essa escrita é **reflexo dos nossos bravos olhos e nossas ágeis mãos.***

vamos começar essa escritura pedindo licença às véias e aos véios, às avós, tias, irmãs, pai, mães, queridas e fiéis amigas, amigues e amigos. peço licença pra falar do nosso lugar de fala, evocar nossas vivências e causos, dizer as coisas malditas sobre nós, desatar alguns nós na garganta e reforçar o nosso nó mais bem dado com o mundo (o afeto). sou bisneta de uma véia Tupinambá, neta e filha de nordestinas, a primeira geração que nasceu fora da Bahia em Minas Gerais, mais especificamente em Belo Horizonte. isso também significa que a vida que tive acesso é bem diferente das outras que vieram antes, a começar por essa fazedura-escritura: minha mãe aprendeu e levou a sério a escola por que sua mãe, janina é analfabeta, a vó dag e meu pai levaram a sério a pressão de nos fazer entender o poder da educação, pois elas passaram poucas e boas por não saberem as palavras. meu pai finalizou o ensino médio, e a vó aprendeu a ler na cidade grande, mas não seguiu com os estudos formais. a formação básica que tive acesso não foi contínua, mudei muito de escola, cidade e estado o que me fazia estar sempre em adaptação aos ambientes. apesar dos pesares, a finalização da escolarização sem repetência ou interrupções, o interesse pelos livros, poesias e escritas e a posterior entrada no curso de graduação em antropologia e arqueologia na UFPel, permanência e conclusão desses estudos em uma universidade pública é exceção dessa linhagem. pras minhas avós, tias, irmãs, mães e pai, saber as palavras sempre significou relações de poder, legitimidade e acessos, elementos que foram negados a todas elas.

bem, é importante também dizer que elas não são homogêneas, nem tampouco se enquadram no lugar de vítimas, são pessoas lutadoras que batalharam muito contra o capitalismo, patriarcado, racismo, a colonialidade, mas que, às vezes, por sobrevivência ou delírio, compactuam com práticas de violência. com elas desde cedo aprendi como lutar, me defender e ouvir, e também a ferir. muitas delas tiveram que deixar pra trás coisas importantes para construção de suas identidades, poética e ética, por SOBREVIVÊNCIA. muitas delas se veem velhas e sem lastro material

com o passado, sem saber como foram parar em determinados lugares, seus passados foram soterrados, por SOBREVIVÊNCIAS. seus saberes, artes e técnicas também passaram por esse mesmo caminho, abafar a criatividade das artes pra trabalhar para uma mulher branca e rica no centro urbano de belo horizonte enquanto suas mãos ágeis queriam costurar-se à terra, às plantas, ao território que é delas, do povo delas. nas andanças da vida, ou melhor dizendo nas andanças provocadas pela esperança de encontrar uma terra sem dor ou violência, de fartura, bem viver pra todas.



(Stencio aplicado nos muros da cidade, referência a Yvy Maraey, terra sem males Tupi.

Stencio e Fotografia de Isabella A. Guimarães)

o que está em xeque nas vidas das minhas não é viver, é SOBREVIVER. não sei leitor, se cê me entende... fui criada por pessoas que antes de qualquer coisa pensavam no dia de hoje, em como pagar aquele boleto, aluguel, em como nós, a geração futura, ia viver, o hoje. como ia dizendo, tive uma vida diferente, minha tia Aline falava que era a criança Parmalat, branca, fofinha, de cabelos ondulados e que se tomasse muito sol ficava até meio loira. os acessos e trânsitos que meu corpo poderia ocupar por isso se diferem. o que não significa que meu corpo embranquecido, especialmente, dentro das instituições de ensino não seja marcado. ele é marcado e tratado como outro, marcado pela falta da pureza racial. na primeira escola que estudei em são paulo, que é particular e católica, logo nas primeiras semanas fui isolada e xingada, ainda posso ouvir os gritos: “encardida”, “nordestina fedida”. muitas vezes quando passava nos corredores gritavam: “volta pra sua terra”. a língua que sai da minha boca também é marcada, nas leituras em voz alta, tantas vezes sou ridicularizada, passei a detestar minha voz, a permanecer cada vez mais e mais em silêncio nas aulas. na universidade não é muito diferente: as risadas debochadas dos professores ao ouvir minha língua, a deslegitimação dos meus interesses e preocupações. em uma apresentação de trabalho lá no começo do curso, fui encurralada com minha amiga, em uma sala com um professor que não nos deixava falar, e seguidamente nos perguntava: já não estão aqui? o que mais vocês querem?

o embranquecimento e o encurtamento da memória são questões centrais nas identidades das minhas famílias, deve ser por isso também que nas aulas de etnologia afroamericana e antropologia brasileira pirei, devorava os textos com se retomasse algumas coisas há muito perdidas ou abstratas da minha história. estudei mais de uma vez os textos da antropóloga mineira e negra lélia gonzalez, naquela época seu nome ainda estava apagado na história da antropologia brasileira, recolhi todos os seus textos e mergulhei no nosso pretuguês. com a atenção educada por lelia, revi minhas famílias, de onde vim, olhei e me vi com lastros fragilizados, com as pessoas racializadas. havia um apagamento de histórias e de afetos. por mais que a maioria de nós é não branca, a história mais viva e contada é do único sujeito branco,

eurodescendente, hétero, patriarca, detentor de terras, o meu avô paterno, Antônio Tônico. sabe leitora, nunca convivi com esse tal sujeito hegemônico, ele morreu antes de nascer. pra mim, ele é a imagem do fantasma que apavora os corpos não brancos e dissidentes da minha família, ele é o sujeito de sua história, inclusive historiografada no livro "história de alcobaça-bahia (1772-1958)". agora as histórias das mulheres são como um borrão, não se fazem no mesmo caminho. na verdade, não é só com as mulheres, mas as pessoas racializadas, feminilizadas também.

meu preto avô, Antônio catingueira, mal o conheci e já não vou ter oportunidade de re+conhecer seus causos, seus dramas e nossa história. já que ele foi silenciado pela covid19, consequência do descaso e da reatualização de projetos de genocídio em curso. a palavra catingueiro no dicionário Priberam de Língua Portuguesa, significa que cheira a caatinga, que cheira mal, avarento e miserável. em oposição ao sentido ancestral tupinambá da palavra: planta sagrada, que tem por significado proteção, fartura e abundância. os Outros não são sujeitos de suas histórias, são narrados e tutelados pelos que podem e têm ascendência direta e "limpa" da casa grande, que escrevem de suas sacadas, olhando de longe as pessoas trabalhando.

HOJE NÃO MAIS, ISSO ACABA AQUI.

CHEGA!

A MESTIZA VAI ESCREVER E NUMA BOA!

E SE LIGA, VIU!?

QUE A TRANSA É BEM DE PERTO...

*o tecido é a sua pele
que se costura a outras pessoas,
histórias e resilientes retomadas.*

Um, dois, não deixa pra depois
Três, quatro, o sonho não é fraco
Cinco, seis, respeita a nossa vez
Sete, oito, eu tô do lado oposto pra sonhar
Dina Di - aMor e Ódio

desde as primeiras leituras de Lélia Gonzalez, Glória Anzaldúa, Mariza Corrêa, Paulo Freire comecei a procurar mais meu pai, avós e tias pra conversar, papear, e no meio dos causos do cotidiano perguntar sobre o passado e nossas histórias, a busca por tatear novamente as linhagens femininas e feminilizadas. cada vez que eu ia no campo “tradicional”, ou seja, estudar os “outros” era convocada a falar de onde vim, quem eu sou, o que estou fazendo ali. muitas vezes essas perguntas sem respostas me levaram a estranhamentos os quais a academia não tinha receita para me instrumentalizar. a sensação era que eu tinha perdido algo que não pode ser retomado...a distância geográfica, meu jeito de estar-sendo nesse viver... COMO RETOMAR OS NÓS?



1. INTRODUÇÃO

Asfixiadas, cuspiamos a escuridão.
Lutando contra nossa própria sombra
o silêncio nos sepulta.
(Gloria ANZALDÚA, 2009, p. 306)

arrisco diminuir as letras, fugir das maiúsculas, para exercitar a escrita da oralidade trazendo pra perto o cenário sonoro no qual cresci e fui criada, tentando assim como gloria anzaldúa e lélia gonzalez desaprender as tolices de uma escrita branca e capacitista, que afasta em vez de aproximar. em primeira pessoa e por vezes em terceira pessoa, costuro minha experiência particular com outras e a escrita que des-envolve. a minúscula e em itálico, aqui evoca a fala, a oralidade por isso te convido a ler em voz alta, sinta as palavras, os gritos e os respiros. assumo por isso, as escolhas e as responsabilidades da escrita em primeira pessoa estudantes-aprendizes, não só em meu tempo, e nem só as que conheci de carne e osso, mas aquelas que também conheci por suas grafias mal ditas. grafias malditas. essa escrita é o exercício da construção narrativa autoetnográfica, que consiste em analisar algumas facetas do cotidiano, trajetória e memória do corpo que produz o texto, se caracterizando como processo e produto de aprendizagem, de si mesma e, do mundo.

O texto é escrito em duas formas: *a escrita da oralidade em minúsculas e itálico* e a escrita acadêmica padrão. A escolha por versar entre as linguagens se dá pela necessidade de dialogar com a própria área da Antropologia, que é restrita aos debates descoloniais e afroíndigenas. A proposta então é provocar um atrito, fricção, entre formas possíveis de produção de conhecimento crítico, reafirmando a potência crítica e poética dos conhecimentos ancestrais.

conhecimento do opressor
esta é a língua dele

e mesmo assim preciso dela para falar com você
(Adrienne RICH, 2018, p. 20.)

Então, leitor¹, peço que ao se deparar com as minúsculas experimente a leitura em voz alta, veja como soam as letras diminuídas e ao se encontrar com a escrita padrão tenha paciência com os enrolos acadêmicos, também preciso usar a linguagem do opressor para falar com você.

a partir da consciência da localização corporificada, evidencio os pactos entre capitalismo e colonialidade, entre branquitude e academia. a partir da autocrítica reviso os passos da teoria-história da antropologia e as responsabilidades que transbordam essas práticas. também tenho por objetivo refletir como esse corporifissura desvia e degenera o "perfil" acadêmico, se move e intervém dentro desse espaço hegemônico, masculinista, classista e branco e que tipo de produto esse sujeito produz a partir das intervenções e das especulações (Donna HARAWAY, 1995; Silvia FREDERICI, 2017; Maria LUGONES, 2014; Maria Aparecida BENTO, 2002). O problema deste trabalho é: As experimentações autoetnográficas são prática de reflexão crítica e encarnada, quais caminhos ela pode nos indicar para visibilizar processos de aprendizagem de violências e resistências, rumo a emancipação da subjetividade de corpos colonizados?

Os objetivos consistem em compreender colonial-capitalismo, enquanto uma narrativa hegemônica que oblitera narrativas dissidentes; refletir como a autoetnografia, enquanto processo e produto, pode ser um elemento criativo de comunicação de processos de aprendizagens situada; compreender os estupro físicos e simbólicos como constituintes do dia a dia e, por consequência, dos processos de aprendizagem de corpos feminilizados²; produzir uma escrita poética, feminista descolonial que evoque as multiplicidades das coprodução e pactos entre racismo, sexismo, lgbtqia+fobia.

1 Todo texto trará e dialogará com os artigos e marcadores de gênero nas formas feminina, masculina e neutra. Apesar da teoria feminista radicalizar a linguagem no feminino como forma de tensionar a linguagem culta padrão a radicalidade aqui não é vista instrumento educativo pois gera outras violências como o apagamento de homens indígenas, negros e mestiços e, homens trans. Portanto, essa escrita tratará de um exercício do uso da linguagem inclusiva, diminuindo os marcadores de gênero quando possível e optando em generalizar no feminino e na linguagem neutra.

2 A feminização é o processo de generificar uma ação, ou seja, atribuir gênero a um trabalho antes sem distinção de gênero. Um exemplo, são os trabalhos ligados ao artesanato e ao trabalho doméstico, antes da crise de gênero na Europa que delimita atributos e trabalhos mais rígidos para “homens” e “mulheres”. Com essa divisão de gênero do trabalho, trabalhos antes feito por toda a comunidade agora ficam apenas para as mulheres, e os corpos que o fazem são tratados como ‘mulheres’. Como é o caso dos operários na Europa e os povos colonizados nas Américas, África, Índia, etc.; todos são tratados como subalternos ao homem branco, portanto, feminizados, tratados como fêmea (FREDERICE, 2017; LUGONES, 2014, 2008).

Para conclusão da graduação em antropologia social e cultural na Universidade Federal de Pelotas. Com essa escrita encaminho o fim dessa jornada, a formação de graduação em Antropologia, curso que tem por objetivos: a formação de profissionais para desenvolvimento de estudos e atividades em Antropologia, estudo dos processos sociais sejam eles, rurais ou urbanos com diversidade étnica-social, estudo das relações sociais e seus fluxos, inconstâncias e continuidades, estudar diferentes manifestações culturais, realizar laudos, pareceres, relatórios e material textual da investigação antropológica³. Este texto é resultado de uma reflexão sobre o processo de aprendizagem e o que brota do hábito dessa prática.

em 2018, conheci as mulheres do GAMP FEMINISTA⁴, a primeira ONG feminista do Rio Grande do Sul, com 30 anos de jornada pela defesa dos direitos das Mulheres, seu nicho de luta foca nas violências domésticas e feminicídio. nascendo de um grupo de amigas que se solidarizam com a dor de uma mãe que perdeu sua filha, Lucyete, para o feminicídio. desde então, a luta delas é diária para o entendimento público e acesso aos direitos das Mulheres. com elas aprendo a importância da autodeterminação e das políticas públicas, respeitando e aprendendo com suas práticas políticas que estruturou a rede de acolhimento a mulheres vítimas de violência sexual e doméstica.

buscando entender o meu lugar no movimento social em 2019 começo, com queridas amigas, intervenções feministas e antirracista em escolas da rede pública de educação básica, buscando envolver o público com atividades que cativam a escuta, o diálogo e o respeito à diversidade de modos de existências e resistências. em uma intervenção no ensino médio me vi perdida com as alunas quando lhes perguntava sobre a história de Pelotas ou o ofício de doceira. sei da história de Pelotas e as implicações do ofício de doceiras, tenho o entendimento dessas práticas na abstração como conteúdo, não conheço e nunca acompanhei a prática de uma doceira. me vi perdida pois ao questionar e incentivar uma reflexão autocrítica percebia que eu não havia feito o “trabalho de casa” seguindo os preceitos teóricos do qual me embasava, a preocupação era a temática e o conteúdo.

3 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) Bacharelado em Antropologia UFPel.

4 GAMP FEMINISTA, Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas se formou para movimentação de intervenções públicas no dia 8 de Março de 1992 com questionamentos sobre o feminicídio, nessa época o conceito feminicídio e as legislações que asseguram a vida das mulheres ainda não eram pautas dos governos. Portanto, houve e ainda há um passo à frente de políticas públicas destinadas à seguridade da vida das mulheres, como a casa de acolhimento, garantido pelo engajamento político das gampeanas no combate às violências de gênero.

*há uma contradição entre a teoria que me guia e a prática que conheço e performo, acostumada aos processos de abstração da escola e da universidade, familiarizada com a educação bancária onde o conteúdo e temática são transmitidos sem um posicionamento de corporeidade do educador em relação às alunas. o exercício de estar presente e exposta, portanto, atenta, me levou a caminhos de reflexão e de urgência em reviver e em **saber narrar** os nossos lugares de fala e de escuta, possibilitando aprender com os caminhos que trilhamos e refletir sobre a trajetória e as práticas (Valerie WALKERDINE, 1995; Paulo FREIRE, 2013).*

o grupo pesquisa da faculdade de educação da UFPel, 'mariposas: minorias social, resistência e práticas de transformação' que é formalmente coorientação registrado no colegiado do curso deste trabalho de conclusão de curso. têm um papel fundamental na construção de outros trilhos de resistência dentro da universidade. guiada pela metodologia do círculo epistemológico de Paulo Freire (XXXX) onde a circulação e exposição das pesquisas individuais permite a criação coletiva de perguntas e dilemas que tem como propósito a reflexão crítica de nossas localizações e pesquisas. o grupo me ensina a prática do diálogo afetivo e crítico, permitindo o florescimento de pesquisas. provocando questionamentos das hierarquias entre professora e alunas, alunas de graduação e pós graduação.

os processos de reflexão sobre a própria trajetória afloram e se tornam uma forma de atravessar o perigo do isolamento por causa da covid19, junta das escrevivência me costuro a pessoas na coletiva sálvia⁵, onde juntas nos colocamos dispostas a aprender as letras úmidas da resistência e a grafar nos muros da cidade nossas (re)voltas, anseios, medos, amores e desejos. a coletiva sálvia brota do anseio de desestabilizar a depressão e a ansiedade, buscando velhas maneiras de relação com o eu, com o outro, e com os ambientes que ocupamos, se configurando em um grupo de saúde coletiva e de manutenção recíproca, que mais do que confortar, inquieta, muda, incendeia.

junta de outras pessoas estou aprendendo a força das retomadas, da costura com o passado e mais especialmente, da vida das pessoas que me cercam e me criaram, é preciso levar a sério o amor e devoção às pessoas racializadas e

⁵ [Sálvia](#) é uma coletiva de pessoas arteiras, artistas e artesãs, LGBTQIA+ e intergeracional que se uniram durante a pandemia com objetivo de mirabolos encontros de saberes, experiências e poéticas. Tecemos intervenções urbanas poéticas-transgressoras na cidade e no corpo-território com linha, gesto e movimento.

dissidentes. o território do meu lugar de fala, é meu corpo. a trajetória faz parte do lugar de fala, mas ela não define o meu lugar de fala, ela compõe. o lugar de onde eu falo é um corpo em retomada, que tem como ofícios o ser aprendiz e ser artesã, e tem como devoção a poesia e o tecer. o lugar de onde escrevo é um lugar de contradições as quais assumo e brinco com as possibilidades de fazer verdades e mentiras.

*entre o grito e o respiro,
costuro em minhas mãos caminhos de volta,
rotas de fuga.*

*lá no começo do curso, devia ser nos primeiros semestres um professor disse:
-você podem escrever sobre o que vocês quiserem.*

*essas palavras continuam a me instigar, pouco a pouco estou aprendendo a escolher **o que** e **como** vou escrever. demorei longos anos para entender o que estou sendo convidada a contar procê nas próximas linhas, o não dito me é como mistério. e, como escritora aprendiz das miudezas da vida, cultivo as curiosidades que brotam no caminho. é preciso dizer que o cultivo é um processo de constantes desaprendizagens, aprendizagens e reaprendizagens (Catherine WALSH, 2013): fugir, desviar, dar voltas, comer pelas beiradas são sentimentos que de mim afloram enquanto escrevo e vivo, então, se uma parte desse texto te atravessar ou inundar, se deixe desviar...*

pare, reflita,

volte.

*palavras me são uma guerra.
cherríe moraga (1983)*

tentei desviar da autoetnografia para etnobiografia, que é a escrita da trajetória, memória e história de uma pessoa. mas as palavras me são uma guerra onde não me cabe representar o outro, o que me cabe é autodefinir-me nas especificidades de onde me encontro, com as palavras que me são disputas. gayatri spivak (2020) me disse que grande parte do nosso trabalho é o de medir silêncios, pois bem, aqui

vamos medir silêncios e exercitar a transformação da linguagem em ação como audre lorde (2012) nos cativou.

para ganhar a palavra
pra dizer a perda
arrisco perder tudo.
cherríe moraga (1983)

nossas perguntas buscam o movimento de saída, escape, desvio, falar como ação intencional, como ação libertária. estudar e poetizar minhas perguntas e reflexões, expor os processos de aprendizagem de mim mesma e do mundo com as histórias que me guiam e me sustentam. escrever narrativas que afetem e façam refletir sobre os modos em que vivemos e nossos pactos com esses modos. incentivar perguntas a partir do meu processo de formação em antropologia e aprendizagens carregadas de longas e antigas caminhadas.

No Capítulo 1 - Escrever, viver como quem escreve: Autoetnografia como método, tratarei de argumentar a escolha e a defesa da autoetnografia como metodologia criativa e desviante para o campo da Antropologia. Refletindo e experimentando suas possibilidades e limites. Argumentando junto de Fabienne Gama (2020), Viviane Vergueiro Simakawa (2015), Carolyn Ellis; Tony E. Adams e Arthur Bocher (2015) as possibilidades reflexivas e comunicativas a escrita encarnada pode oferecer uma perspectiva parcial e limitada que reflete algumas facetas do cotidiano. Costurando com a escrevivência de Conceição Evaristo (2020, 2005) que proporciona um reexame integral de como interagimos marcando raça, gênero/sexualidade e classe.

No Capítulo 2 – Entre quatro paredes: o quarto e a sala de aula, tratarei de refletir sobre os estupros físico e simbólicos atentando para seus sentidos evocativos. Argumento junto de Rita Segato (2013) que os estupro não se referem a libido, sim de controle e cerceamento das expressões e trânsito dos corpos. Observo a partir da escrita e dos relatos, as violências diárias como educadores da atenção desde o espaço privado aos espaços públicos como a sala de aula.

Espero que o caminho por essas linhas te afetem e te façam refletir sobre nossas andanças por essa vida.



2. Capítulo 1 - Escrever, viver como quem escreve: Autoetnografia como método.

essa escrita me enche os olhos, ela gera em mim uma sensação que não conheço, que não sei como me mover dentro dela. é um nó no âmago do meu estômago já fervido pela gastrite e o vinho de ontem. por que esse sentimento? e o mais importante agora, o que ele quer me dizer sobre essa escrita? o que está nessa panela?

mardina: -venha querida, vamos abrir essa panela, mas tome cuidado você pode se queimar. então, não olhe direto, nem projete seu corpo para dentro da panela. fique firme em seu chão, deixe os braços erguidos e abra lentamente, sentindo os cheiros e o calor que emana desse caldeirão. Depois, o calor que estava ali, guardado vazar pelos ares e invadir sua casa com os cheiros das miudezas que cê costuma cozinhar nesse coração vagabundo. com uma colher de madeira, mexa lentamente arte, ciência e o que mais te fascina nisso tudo, acrescente um pouco de poética, raiva, braveza e jamais se esqueça bella: insistência lenta nos enfadonhos atos de tentar.

(mardina é a linha que me costura as ancestrais, é uma personagem que me foi sussurrada em uma manhã de inverno. sem ímpeto, escrevi nossa história. costurando retalhos da minha trajetória e das minhas bisãs e avós. desde então, mardina é uma persona que se comunica comigo entre poesias, contos e intuições. o conto foi transformado em vídeo-performance para disciplina de Antropologia da Arte⁶. depois da escrita desse sussurro, a relação com minha avó paterna, Dagmar, ficou cada vez mais íntima e cotidiana. ela me ensinou a tecer com crochê e a costurar numa máquina costura do século XIX. eu ensinei ela sobre o amor e cuidado entre pessoas LGBTQIA+. juntas estamos aprendendo a voltar e a relembrar nossas raízes.)

⁶ o erro como tentativa, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TSM3toyagZc>

2.1. Etnografia

Eu queria chamar os perigos de “obstáculos”, mas isto seria um tipo de mentira. Não podemos *transcender* os perigos, não podemos nos erguer acima deles. Nós temos que **atravessá-los** e não torcer para não ter que repeti-los.

(Gloria Anzaldúa, 2000, p.229, grifo meu)

As aprendizes-estudantes em antropologia recebem um chamado: **prestar atenção** no que os outros estão fazendo e dizendo e no que elas próprias fazem e dizem, em como as correspondências com o mundo ecoam no cotidiano, na história e nas políticas. A prática antropológica passa por reaprender a experienciar a vida a partir da relação com o outro, e portanto, consigo mesma. Nesse processo o questionamento dos mais cômodos dos hábitos é o estranhamento necessário para atentar-se às narrativas, ambientes, memórias e escritas despreziosas, mapeando no diário de campo os passos de aprendizagem do eu-outro, eu-coisa, eu-outro-coisa, eu-ambiente, etc (Tim INGOLD, 2020). A disposição ao diálogo, e especialmente a percepção de si e do outro nos espaços, - o ouvir atento e os olhos nos olhos, é uma das formas da antropóloga de alongar e experienciar as relações e criar vínculos. A escrita e construção narrativa, é um elemento chave para o entendimento do corpo, das relações, dos contextos em que estamos inseridas, onde podemos nos adentrar nas reflexões críticas na companhia de outras escritoras e nos atentar às repetições, aos movimentos, e às invisibilidades; é também uma maneira de continuar as relações, pois demanda coerência e responsabilidade, para isso é necessário compartilhar e comunicar dando-lhes vida circulante (Viviane SIMAKAWA, 2015; Silvana NASCIMENTO, 2019). Essa escrita autoetnográfica tem como objetivo primeiro a costura entre sujeita e coletivo, entre o particular dos tecidos do meu corpo e os emaranhados de fios que me costuram a pessoas, a coisas, a causas, a ventanias e aos verdes que insistem em ocupar e fissurar a cidade.

Para a antropologia, o Outro e seus modos de vida e significados, populações não-europeias e não-brancas, são por excelência os objetos de pesquisa clássicos, enquadrados nas narrativas, primeiramente como primitivos, como inferiores e depois como subalternos, marginalizados, periféricos, continuam a ser descritos e medidos minuciosamente (Lila ABU-LUGHOD, 2018; Linda SMITH, 2012). Em nossa prática

de pesquisa e especulação seguimos a privilegiar os objetos-sujeitos clássicos de análise da antropologia do norte global. O corpo subalterno desde o início da colonização é submetido a investigações minuciosas para produção de conhecimentos e experimentações que desmembraram práticas e saberes a favor da tradução. Identificar as especificidades, representar o precário, ou melhor dizendo a **exotização das precariedades**, produzidas pelo colonial-capitalismo, o suposto “desaparecimento” das maneiras de habitar, a historiografia do passado sem envolvimento na política de terras do presente são práticas científicas de relação com o outro que continuam a descrever a vida e a acumular conhecimento sobre os Outros. Os modos positivistas continuam a guiar a ciência feita, na busca por uma universalidade.

Mariza Peirano é uma antropóloga, cientista social, em sua tese de doutorado ela faz movimentos de análise da Antropologia brasileira dando continuidade a linhagem brasileira de Antropologia da Antropologia, que busca um olhar de autocrítica e reconhecimento do trabalho e os impactos e pactos que a ciência antropológica se alinha e se reinventa. Em seu livro *A favor da etnografia* (1995) ela argumenta que a pesquisa etnográfica tem como objetivo o questionamento do senso comum, desafiar os entendimentos pré estabelecidos e assumidos como legítimos e verdadeiros. Os antropólogos carregavam consigo intenções críticas sobre a “verdade” sobre os outros mundos, eles mesmo querem ver e entender o que acontecia do outro lado do mar, precisam ir a campo, seja o campo qual for, outro território, acúmulo de conhecimento antropológico (bibliografia), paisagem, vivência, etc. A busca por respostas é articulada com uma saída de um estado normativo, uma busca que é detalhista e curiosa em escutar o que um determinado povo tem a dizer. O trabalho de campo é um dos pilares da antropologia e seu companheiro indissociável: a escrita etnográfica. Mariza Peirano argumenta que nesse sentido a etnografia e o trabalho de campo são espectros do mesmo ofício, ambos são habilidades e técnicas conceituadas e continuadas dentro da tradição da disciplina desde Willian Halsen Rivers Rivers (1912)⁷, ficando consagrada a escrita etnográfica e o trabalho de campo com Bronislaw Malinowski (1913). Desde então seguimos mudando e reformulando o que significa e os impactos dessas técnicas para o acúmulo de conhecimento antropológico, os povos estudados e suas relações com o

⁷ Notes and Queries de 1912, p.35 PEIRANO (1995)

Estado. O trabalho de campo vem sendo desde então um dos pilares fundamentais da busca científica antropológica, pois permite, segundo a autora, fugas do pensamento positivista mais rígido. O campo tem o poder de moldar e articular novos questionamentos sobre a pergunta inicial de pesquisa, promovendo experimentações no meio do caminho, traço esse que ela vai mapear desde Edward Evan Evans-Pritchard (1972). Assim, Mariza Peirano demonstra como formas contemporâneas de se pensar a ciência antropológica ainda estão costuradas e atreladas pelos modos de fazer e pensar antropologia dos cânones, por mais que o discurso seja crítico ao clássico há uma reatualização de suas técnicas de análise, solução de problemas de campo, descrição e participação. Não há como negar a tradição canônica da disciplina, pois ela fundamenta a própria antropologia como uma área do conhecimento e, por esse motivo, é redundante focalizar a análise antropológica no colonialismo e na colonialidade, visto que ela constitui a antropologia, segundo a autora, de forma crítica.

Para Mariza Peirano (1995) existem tantas antropologias quanto antropólogas. A ciência antropológica é tão mais diversa quanto mais se especifica, isso se deve especialmente ao seu produto: a prática da escrita etnográfica; essa nos permite observar detalhes, gestos, passados em branco, analisar e relacionar com escritas, desenhos, memórias com distância (aqui a distância da escrita). Cada antropóloga terá instrumentos teóricos-metodológicos e políticos para destilar a experiência e se valer dessa experiência para analisar os incômodos, estranhamentos e produções de subjetividade encontrados no percurso. A sensibilidade dos detalhes e a incompletude do texto antropológico nos possibilita pensar nele como um trabalho que se faz com as mãos, artesanal, porque a etnografia é cheia de detalhes e falhas, é inédita e única, contém várias camadas e processos, é detalhista e afetiva ao mesmo tempo que é resistente, sua estética reforçada e planejada evoca a estética das resilientes retomadas e dos atritos entre arte, artesanaria e antropologias.

antropologia talvez seja, entre as ciências sociais, paradoxalmente, a mais artesanal e a mais ambiciosa: ao submeter conceitos preestabelecidos à experiência de contextos diferentes e particulares, ela procura dissecar e examinar, para então analisar, a adequação de tais conceitos. (Mariza PEIRANO, 1995, p.16)

Tim Ingold é um antropólogo inglês, professor da Universidade de Aberdeen no Reino Unido. Em seu livro “Antropologia e/ou Educação” (2020) propõe uma

antropologia que vai além do propósito etnográfico, ou seja, a proposição está em se ater nas práticas de atenção que a Antropologia cativa e instiga, menos no ofício de tradução, descrição, transmissão, assimilação, comparação e enquadramento; não que não seja relevante essas técnicas, em especial o debate com o Estado e a luta pela aplicação de legislação e pelo acesso a políticas públicas. Mas que o propósito da antropologia não pode ser apenas o ofício, há um envolvimento mais vívido de carne e osso quando se estuda com pessoas e coisas: o compromisso político e afetivo é um espectro material e substancial para uma pesquisa antropológica.

Para o autor, a busca por uma correspondência, na qual se entenda que há múltiplas pessoas e coisas que correspondem entre si e que aprendem, a partir da correspondência, hábitos, técnicas e habilidades que não são apenas passadas de geração a geração. As interações são sempre reformuladas de forma criativa e crítica nas relações intergeracionais. É uma tentativa de buscar uma ciência que seja feita com pessoas que aprendem e ensinam, concomitantemente.

Mariza Peirano e Tim Ingold não são entusiastas da autoetnografia. Para Mariza Peirano a Antropologia poderia perder seu sentido que é a construção e a análise narrativa de uma situação que é externa a nós, perderíamos o poder educativo do estranhamento que o campo nos promove. Segundo ela, ainda seria um modismo acadêmico que não teria como resolver os problemas que ela propõe pois, definitivamente carregamos os cânones ao continuar a pensar em antropologias e etnografias. Já para Tim Ingold a autoetnografia é uma redundância, no sentido do produto etnográfico ser em si mesmo o processo de aprendizagem do etnógrafo. Para o autor, a etnografia narra o processo de aprendizagem da antropóloga envolvida com suas interlocutoras, suas perguntas e transformações que brotam no meio do caminho.

Entendo as diferenças e incompatibilidade epistemológicas e ontológicas das autoras. No entanto, gosto de pensar a escrita e a trajetória de cada autora como uma roupa. Aqui sou costureira e preciso remendar minha própria vestimenta nessa instituição de ensino e conhecimento. Recebo em mãos vários retalhos de roupas usadas e costuradas por outras pessoas. Preciso recortar, pegar retalhos de cada um. Pego a importância descrita por Mariza Peirano da Etnografia e a sua relação com o Estado, não abro mão da etnografia, ao mesmo tempo que pego um retalho do Tim Ingold, acreditando que a antropologia vá além da sua relação com o Estado, ela educa nossa atenção para todas as relações e para a manutenção de vínculos. Pego

um retalho de minha avó Janina, que sempre me disse: “bela, aqui nada jogamos fora, tudo a gente aproveita”. Como Mariza argumenta, antropologia é um trabalho que se faz com as mãos, artesanal, cheia de remendos e recosturas. Não posso descartar nada, reaproveito os retalhos que carrego da formação antes e durante a graduação em Antropologia.

Discordo e por isso, não aproveito todo o tecido teórico das autoras apresentadas anteriormente, rasgo e pego retalhos para a construção de Outra malha teórica. Discordo da Mariza Peirano ao pensar que a antropologia perderia seu ofício ao pensar na reflexão antropológica focalizada na sujeita que escreve essas linhas. Discordo da redundância, colocada pelo Ingold pois talvez a ele, sujeito europeu, tenha sido atribuído o lugar de aprendiz, mas a mim e as minhas somos interpeladas de falar, viver, escrever, produzir conhecimento científico.

Autoetnografia como as autoras enxergam é um produto que funciona como manutenção do ego e da auto apreciação. Acontece que a manutenção do ego e da auto apreciação vale com seus pares, não sou seu par. As ideias de ego e sujeito foram negadas aos povos colonizados, não podemos apenas ser. Por consequência, não acredito que o período histórico Colonial e sua repercussão pelos tempos, a colonialidade, não são tratadas com a seriedade e crítica necessária para olhar a etnografia, o ofício de antropólogo e pensar além disso. Não há como pensar além disso sem habitar a fissura colonial (Maria LUGONES, 2014).

NISSA
CRISIS TEAM
500 AMIS

2.2. Colonialismo e Antropologia

Nesse sentido, o problema da Antropologia é a nomeação do que o Outro é e de como ele vive. No ato de nomear, de dizer sobre, e de construir uma narrativa, utilizada para fabulação de imaginário, há um intuito imperialista de reformulação do que os Outros são e o que podem ser, segundo a socióloga indígena, Maori Linda Tuhiway Smith.

O imperialismo, segundo a autora, é a expressão do “descobrimento” e a expansão de uma ideia de Império e de Civilização, a qual não só os indígenas, africanos e asiáticos foram submetidos ao controle como os próprios europeus tinham que se adequar ao seu sentido de civilização. A expansão do Império pode ser descrita como a chegada dos Europeus em terras Indígenas, sua especulação para ter conhecimento sobre o que poderia servir como mão de obra e matérias primas. Logo após, instaurando a exploração dos territórios e corpos para que a exploração fosse efetiva e duradoura, os europeus se apropriam e apossaram do território e dos corpos como sendo seus e, por esse motivo, tinham tutela sobre os Outros e como eles deveriam ser, e se portar na sua presença. O colonialismo foi um instrumento que potencializou o imperialismo e perdurou, pois ele se inscreveu no corpo, na subjetividade, porque criou Identidades das quais todos os corpos deveriam se adequar dentro de suas limitações.

O colonialismo foi em parte uma imagem do imperialismo, uma realização particular da imaginação imperial. Foi também, em certa medida, uma prefiguração do que a nação iria se tornar no futuro. Nessa figuração reside a imagem de Outro, as sutis nuances e contrastes marcantes por meio dos quais eram percebidas e tratadas as comunidades indígenas, o que tornou a história do colonialismo parte de uma grande narrativa e, ainda assim, também parte de uma experiência muito local e específica.
(Linda SMITH, 2012, p.36)

Há uma ferida necrosada na pele das pessoas colonizadas, há uma fissura que nos separa. Os povos Indígenas não se nomeavam como índio, muito menos se separavam de forma tão específica e característica. Esse imaginário constrói o ser genérico, a multiplicidade das formas de ser de um determinado povo é raptada por uma representação unitária que cria impactos, por exemplo, em como o índio é

representado na identidade nacional brasileira: como alguém que teve papel fundamental na formação do sujeito brasileiro, mas que não existe mais, que deixou de ser índio na cidade, que deixou de estar ligado à sua ancestralidade e a seus traços étnicos-culturais.

Baby, é só mais uma armadilha
Cuidado na trilha!
Baby, fique viva!
Fiquem vivos, fiquem juntos!
Fiquem vivos, fiquem juntos!
Bala trocada, bala achada
Estado de alerta
Brisa Flow, Fique Viva

Gayatri Spivak em seu livro “Pode o Subalterno Falar?” (1942) ela me provoca a pensar: pra que serve toda essa análise dos outros? A quem serve essa sistematização, essa categorização, essa organização e essa síntese? Quem se beneficia nesse processo? A história de quem pode ser contada nesses termos? Qual seria então o objetivo da antropologia? ou melhor: Para que e a quem serve a Ciência?

A produção da representação do sujeito do terceiro mundo como Outro, oblitera o objetivo da ciência de mundialização do mundo e do propósito imperialista e civilizatório que vai junto com o aventureiro, o cronista, o artista e o etnógrafo para as aventuras de tradução e convivência com o terceiro mundo. Ali, naquela relação o sujeito europeu não só aprende, mas sobretudo ensina o seu modo de vida, analisa, nomeia, qualifica, quantifica e metrifica a partir de sua régua, seus óculos e seu contexto sócio-histórico. Não há como dissociar o sujeito europeu em Abya Ayla do projeto civilizatório em curso, o aventureiro, o cronista, o artista e o etnógrafo estavam à serviço para a construção de um lado da história, empenhados em narrar a partir de suas interpretações e de seus conflitos. A ideia de expansão do sujeito europeu deixa embasada a percepção imperialista da ciência e do acúmulo de conhecimento como propósito de controle, punição e dominação do Outro sem lei, sem rei, sem bíblia.

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. Assim, à medida que

o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais. (Maria LUGONES, 2014, p.938)

A antropologia desde o seu primórdio se qualifica como especialidade da área “a escuta antropológica” treinada e lapidada para perceber nuances, padrões e invisibilidades ensinados por rigorosas etnografias e métodos de observação, de participação e de descrição (Roberto C. OLIVEIRA, 1996). Só que... a Gayatri Spivak nos disse que o subalterno não pode falar porque não é escutado e a antropologia é construída como o lugar privilegiado de escuta e de representação do subalterno. Mas quem a antropologia escuta?... Talvez aqui esteja uma contradição entre o que é o discurso e o que é a prática das relações e dos vínculos. Para Grada Kilomba (2019) artista Negra, portuguesa, teórica, escritora e feminista Negra, a representação do Outro é construída como projeção dos tabus da supremacia branca, eurodescendentes. A ideologia da branquitude não sabe escutar e perceber o Outro como sujeito de sua vida, o status de sujeito na relação é negado. Então como pode o antropólogo, sujeito constituinte e mantenedor da branquitude, ouvir o Outro se o seu trabalho é historicamente a construção de UMA representação do Outro?...

É importante pontuar de forma breve o envolvimento da antropologia no Brasil e seu pacto de cooperação-construção do imaginário de Nação: Democracia Racial e a estruturação do racismo nas instituições. O Brasil teve sua independência de colônia executada por uma elite eurodescendente que não tinha como pauta a libertação dos escravizados, mais que isso não acreditava na agência das populações Negras, Indígenas e Mestiças. Ela escolheu lidar com o direito de reconhecer juridicamente a condição de sujeito para as pessoas racializadas. Como presente dádiva, em retribuição à elite, as populações não-brancas deveriam servir eternamente em forma de agradecimento e devoção à estética e à moral da branquitude (Lilia SCWARCZ, 2007, 1993). Isso implicou na não reparação histórica das pessoas não-brancas pela morte, pela expropriação, pelo sequestro e pelo epistemicídio, práticas essas que não só não foram reparadas como são os modos de operar das instituições estatais nos dias atuais.

A antropologia brasileira nasce engajada na construção de uma ideia jurídica, política e imagética de uma Nação Brasileira, que busca por uma Identidade Nacional que sintetize a pluralidade de corpos e de modos de vida: a construção do sujeito tipicamente brasileiro. A representação do sujeito tipicamente brasileiro nunca deu conta de reconhecer como sujeitos de suas próprias vidas as pessoas Negras, Indígenas, Mestiças, Mulheres Racializadas e a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis e intersexo. A representação oblitera as relações de poder que estão postas nas correspondências cotidianas, como é o caso do estupro, uma tecnologia de guerra utilizada amplamente pelos colonizadores portugueses para objetificar e embranquecer os úteros não brancos (Kabelenge MUNANGA 2004).

2.3. Autoetnografia: uma possibilidade de analisar as fissuras

Submeto o personagem “antropólogo” a uma imersão dentro de sua prática, o que ela tem a nos dizer? Ao me submeter a essa análise busco entender os limites e as coalizões possíveis que esse personagem pode ter na busca da teoria-prática que esteja costurada às demandas que os Outros vêm levantando para a área da antropologia. Autoetnografia é processo e produto, aqui se refere aos processos de aprendizagem e engajamentos ao decorrer da minha graduação em antropologia, das epifanias e de seus desdobramentos.

Para as antropólogas norte americanas Carolyn Ellis, Tony E. Adams e Arthur Bocher (2015) a autoetnografia busca reconhecer o corpo que escreve e pesquisa como uma sujeita que produz conhecimento com o corpo, uma pesquisa encarnada e por isso banhada de emoções. É produzida a partir dos atravessamentos sócio-históricos e, a partir dos contextos localizados, parte de experiência que não diz apenas ao indivíduo, mas a sujeitos coletivos. Reconhece para conhecer melhor, mais profundamente os emaranhados de tramas e dramas que estamos inseridas. Exercita a descrição de interações que são pouco ditas, pois são entendidas como demasiadamente óbvias. A subjetividade é colocada no centro do debate, pois entendemos que ela não apenas afeta, mas constitui a produção situada de conhecimentos, de práticas e de habilidades.

Escrevo, quase como na obrigação

Para encontrar a mim mesma
Enquanto eu escrevo
Eu não sou o Outro
Mas a própria voz
Não o objeto
Mas o sujeito.
Torno-me aquela que descreve
E não a que é descrita
Eu me torno autora,
E a autoridade
Em minha própria história
Eu me torno a oposição absoluta
Ao que o projeto colonial predeterminou
Eu retorno a mim mesma
Grada Kilomba, While i Write

Fabiene Gama (2016, 2020), antropóloga, fotógrafa e professora, discorre brevemente que não há um consenso do que é e como se expressa as autoetnografias. Sua base está nas experimentações vívidas e no relato denso de situações que nos são impostas a partir de vulnerabilidades que são cravadas no nosso dia a dia e no decorrer da vida. Sobretudo é instrumento encarnado e vivo, portanto inconclusivo de comunicar dados etnográficos e de produzir conhecimentos acessíveis.

Como forma de divulgação científica, ela traz uma peculiaridade interessante: é capaz de divulgar conhecimentos mobilizando emoções nas leitoras a fim de engajá-las de forma afetiva (ou mesmo afetada) no tema abordado.
(Fabiene GAMA, 2020, p.19)

Para ela, a autoetnografia engloba diversos métodos de pesquisa qualitativa como observação participante, entrevistas abertas, histórias de vida, pesquisas online, fotoetnografia, análise de imagem e discursos, entre outros. Acrescento nessa autoetnografia, além do diálogo com literatura antropológica e literária, metodologias artísticas como intervenções urbanas, performances e montagem; elas fazem parte dos processos de entendimento e, portanto, da construção narrativa, dialogando assim para além da objetividade positivista do texto. Metodologias estas constituintes das maneiras que aprendi com os mais velhos, em especial meu pai, Cláudio Souza⁸,

⁸ “Cláudio é um artista visual autodidata, nascido em Itupeva, vila no sul da Bahia. Sua trajetória cheia de histórias tem na construção da identidade a sua marca mais vibrante. Para ele a produção artística é um ato de libertação, uma ação contra a inércia das verdades, dogmas e paradigmas imutáveis. Sua produção é o caminho que constrói sua persona e o define como uma consciência ativa entendendo

avós Dagmar e Janina em expressar e comunicar aprendizagens, que reivindicam nosso lugar de aprendizes na produção criativa de conhecimento.

Fabiene Gama (2016) diz que, apesar do nosso “avanço” epistemológico que inclui a morte do sujeito e a virada ontológica, ainda continuamos a fazer antropologias baseadas em métodos conclusivos e restritos, ou seja, em nossa prática metodológica continuamos a fazer a mesma ciência positivista, que busca conclusões sobre os outros, não sabemos fazer ciência por outras bases. Um caminho apontado pela autora são as experimentações metodológicas que sejam capazes de expandir a área e que ande junto com formas comunicativas e criativas de abrir em vez de fechar os conhecimentos, é mais sobre comunicar e educar do que nomear algo, desejando escapar das fixações e fechamentos conceituais. A centralidade da produção de conhecimento a partir do corpo necessita de um movimento, dinamicidade, onde as coisas estão sendo, elas ainda não são.

Fabiene Gama defende que o próprio produto autoetnográfico tenha esse movimento e essa fluidez, que ele esteja sendo moldado pelas leitoras e que enuncie uma autoria que é coletiva. O movimento engatilha uma atenção que é própria de quando não há algo a se esperar, se mantém alerta, prestando atenção às contradições do processo e do produto, da vida e do cotidiano, das dinâmicas entre texto, imagem, poesia e performance. Para tal deslocamento também é fundamental a interdisciplinaridade, o diálogo efetivo com outras áreas do conhecimento, o que implica esforços de tradução de conceitos que proporcionem trocas de sentidos e complexificação de facetas de um mesmo conceito ou ao menos a fricção entre conceitos com outras áreas.

Marcela Camacho (2020) vai reafirmar a importância de debates interdisciplinares enfatizando ainda que é preciso ir além disso, chamando nossa atenção para compromisso crítico à ciência de ver a disciplinarização como fragmentação do conhecimento, e portanto, controle e vigília do que é cada disciplina e o que ela pode ser. Em contra partida, vai nos atentar a indisciplina feminista, ou seja, a negação feminista de estabelecer limites rígidos da disciplinarização da ciência, negando assim a fragmentação dos saberes e das formas de aprender

dia após dia a qual comunidade pertence, qual nação e movimento político faz parte. A essência da sua pesquisa é destacar contradições e silêncios criados de forma estrutural através de imagens, palavras e histórias que se perpetuam a séculos através do colonialismo.”
<https://www.claudiosouza.net>

segmentadas. A extensão universitária, fundamental para construção dessa autoetnografia exige um diálogo cuidadoso entre arte visuais, teatro, educação, antropologia, arqueologia e conhecimentos adquiridos ao decorrer da vida. Áreas e dimensões da vida que estão sempre em contato íntimo com a construção da narrativa autoetnográfica.

Parar para pensar na ciência, como nos convida Marcela Fernandez Camacho (2020), demanda uma relação atencional com as disciplinas, pois implica parar para pensar na própria trajetória, na construção sócio-histórica do corpo e sua análise minuciosa e principalmente, autocrítica das escolhas e das responsabilidades assumidas ou não. Para a autora, a autoetnografia é um instrumento metodológico-teórico que possibilita envolvimento político engajado com a justiça social e a transformação da realidade, ao mesmo tempo que valoriza a produção do conhecimento embebido na subjetividade e na indisciplina feminista.

Viviane Vergueiro Simakawa é pesquisadora em identidade e expressões de gênero e diversidades corporais e ativista transfeminista. Em sua dissertação de mestrado, intitulada “Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade” (2015), a autora defende que a autoetnografia é uma metodologia privilegiada que permite a enunciação de vozes que são “ausentes ou constrangidas, nos processos produtivos de conhecimentos” (Viviane SIMAKAWA, 2015, p.27) a partir da experiência de vida cotidiana costurada às experiências dentro das instituições de controle e poder, a partir em especial de deslegitimação dos corpos, dos saberes e das expressões, onde as vozes e experiências dos corpos subalternos são costumeiramente esvaziadas, invalidadas, silenciadas, deslegitimadas.

O conhecimento dessa sujeita nos permite presentificação de uma sujeita que tem perspectiva parcial que possibilita ampliação de nossos entendimentos sobre a realidade e as especificidades. A autora também afirma que a escuta e enunciação dessas vozes é um projeto que, ao ser ecoado, questiona o fazer-pensar epistemológico normativo e a si própria. Pois possibilita visibilizar os pactos e esmiuçar nossos comportamentos e tratamentos no cotidiano, possibilitando uma releitura crítica de como estabelecemos relações no dia a dia, o que a autora chama de “**reexame integral da colonialidade**”. Esse reexame complexifica o debate sobre educação e ensino da ciência porque exige presença em assumir responsabilidades políticas.

a partir dos quais as vozes subalternizadas foram e estão sendo moldadas e esquematizadas – limitadas, portanto, e conseqüentemente levando a uma neutralização e invisibilização de **demandas, perspectivas e potências políticas sentidas por estas corpos e resistências**. (Viviane SIMAKAWA, 2015, p. 32)

A proposta teórica-metodológica da autoetnografia é costurar a partir de dois gêneros textuais, a autobiografia e a etnografia, brincando assim com arte e ciência, poesia e teoria, verdade e feitiçaria (Viviane SIMAKAWA, 2015; Carolyn ELLIS, Tony E. ADAMS, Arthur BOCHENER, 2015). Na autobiografia a autora reflete sobre sua trajetória a partir de epifanias que mudaram o percurso de sua trajetória e os desdobramentos que afetam a correspondência como o mundo, as epifanias se dão como momentos chaves para a costura da narrativa da sujeita, seu coletivo e o contexto que essa habita. Viviane Vergueiro Simakawa (2015) vai se inspirar nas autobiografias trans, que tem como estética textual o uso de escritos de diário, arquivos de jornais e fotografias antigas e recentes.

A ficção por vezes é utilizada nas autoetnografias, pois o mais importante é comunicar e afetar a leitora mais do que manter uma ideia de verossimilhança dos acontecimentos. A etnografia também faz uso da ficção para comunicar, exemplificar e especular. O caráter etnográfico contribui com sua devoção à escrita diária e metódica das afetações e às relações que desaguam proporcionando detalhes e camadas. A artesanaria de se construir uma narrativa, que seja poética e científica, demanda enrolar-se na atenção aos mais cômodos dos hábitos, das hierarquias já bem estabelecidas e aceitas como normativas e legítimas, e aos desvios que afloram a imaginação de outras possibilidades de relação.

Ao narrar o espaço acadêmico e as dinâmicas de poder da sala de aula, essa autoetnografia radicaliza a ideia de estranhamento, pois busca evidenciar situações, performatividades, lidas e relacionadas como naturais e imutáveis, ou mesmo “óbvias”, o que as torna dificilmente dito e, portanto, analisado e transformado. A autoetnografia em atrito com o projeto descolonial possibilita envolvimento político, teórico e epistemológico sem dicotomização da antropóloga, considerando ritmos do cotidiano, já que as aprendizes estão engajadas em múltiplos espaços, buscando em vários cantos as respostas de suas perguntas. A busca é incessante, há sempre mais perguntas brotando no trabalhar junto do que respostas (Jean LAVE, 2015).

A criatividade e a imaginação são instrumentos potentes no processo de aprendizagem, nelas estão inscritos lugares de possibilidade ainda não visitados. Nas aulas, nos corredores, e principalmente na porta da universidade vou aprendendo a tatear teoria antropológica, crítica e engajamento social, ser educanda-educadora na extensão universitária e percebendo que o trabalho cotidiano em antropologia é mais sobre aprender e ensinar, o encontro sensível ao inesperado e a exposição, é aprender como as pessoas estão vivendo suas vidas, ensinar como você tem vivido a sua vida, é um trabalho dialógico de correspondência (Tim INGOLD, 2020; Paulo FREIRE, 2013). No processo de aprender a manusear as práticas antropológicas, escrevo poesias, contos ficcionais, grafias riscadas para me manter sentada nas cadeiras, como presságios do entendimento, não só da teoria antropológica como também das relações com outras estudantes, mulheres mais velhas militantes. Há algo de misterioso no não entendimento sobre as práticas dialógicas que interpelam o caminho.

E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da

escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. (Conceição EVARISTO, 2020, p.31)



2.4. eu me torno nós

a escrita de si marca o lugar de onde se fala, a trajetória é fundamental pra essa construção. só que a trajetória não é tudo, pois ela é fluida como um rio, e meu véio pai já dizia desde cedo “não se nada duas vezes no mesmo rio”, nem o rio nem nós somos as mesmas. o lugar de fala não é um lugar individual, mas sim coletivo, onde se enuncia a partir de um corpo que compartilha experiências cotidianas de violência e subordinação e, portanto, de resistência (Djamila RIBEIRO, 2019). a escrita reflete não apenas minha experiência enquanto indivíduo, mas a minha experiência ENVOLVIDA, COSTURADA E DEPENDENTE DE OUTRAS PESSOAS. o compartilhar, o circular é a chave da coletividade, o desapego à comunhão. O TEXTO NÃO É APENAS MEU, É NOSSO. nele escrevo as histórias mal ditas e malditas, EVOCO AQUELAS QUE SÃO DITAS COM ESCASSEZ E AQUELAS QUE CARREGAMOS COMO NÓ NA GARGANTA, QUE NOS É COMO MALDIÇÃO. eu escrevo como máquina do tempo pra buscar coisas perdidas no passado, escrevo pra REMONTAR HISTÓRIAS DE FÚRIA, BRAVEZA E CUIDADO. na escrita de nós busco me reconhecer em outras pessoas para me conhecer melhor, conhecer melhor pessoas que nunca tive a oportunidade de conhecer, mas que existem e estão vivas em TODAS, TODES, TODOS nós. escrevo, pois PRECISO CONTAR UMA HISTÓRIA MUITO ENROLADA, CHEIA DE DILEMAS, CONTRADIÇÕES, DRAMAS E TRAMAS e que nenhuma das minhas teve a oportunidade, tempo e acesso às palavras e às escritas. escrevo não APENAS por mim, PRINCIPALMENTE POR NÓS. escrevo pra me manter VIVA, pra poder ter onde me achar caso me perca. escrevo como um caminho de volta pra casa, pra saber que a casa é meu corpo-território. escrevo pra CURAR MEU ESPÍRITO DESINFORMADO. escrevo para materializar meus pensamentos. escrevo pra manter VIVA AS PESSOAS DENTRO DE MIM, cada gesto e trejeito, pra AMAR ELAS, ELUS E ELES COM DEDOS DE POETA, COM CORPO DE POETA, ME ATRITAR AOS SEUS GESTOS E ME FAZER INTEIRA COM TODAS, TODES, TODOS VOCÊS QUE ME OCUPAM.

A ESCRITA É NOSSA COMPANHEIRA DE BATALHA.
ESCREVO PRA NÃO ESQUECER, PRA QUE MINHAS TIAS, AVÓS, MÃES, PAI, TIO, AMIGAS, AMIGUES E AMIGOS, NUNCA SE ESQUEÇAM. ESCRIVO PARA

*REPARAR A PERDA E O SILÊNCIO. ESCREVO ENTRE AS CICATRIZES E
DELÍCIAS DE ESTAR VIVA, ESCREVIVER É RESISTIR A PRECÁRIA
SUBJETIVIDADE QUE NOS FOI IMPOSTA.
ESCREVO PRA SER SUJEITA DA NOSSA HISTÓRIA.*

Cravar meus pés em uma forma de aprender, desaprender para assim reaprender numa epistemologia crítica, poética e engajada é fundamental para a escrita deste trabalho. Nesse sentido, apresento o feminismo do qual me alinho, o feminismo descolonial. É importante frisar aqui, que esse é apenas uma vertente dentro do campo feminista e que há fricções dentro desta vertente. Há muitos caminhos críticos e políticos ainda a serem trilhados.

O feminismo descolonial é um projeto político-epistemológico, uma forma de aprender, desaprender e reaprender a produzir conhecimentos crítico e científico que demanda uma postura de participação engajada que observa os processos sócio-históricos da história ocidental por consequência na produção de fronteiras (Catherine WALSH, 2010; Gloria ANZALDÚA, 2005). María Lugones é socióloga, filósofa argentina e educadora popular. Em seu artigo “Rumo a um feminismo descolonial (2014)” faz o chamamento para um feminismo que habite a fissura colonial e que tenha como propósito “buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica.” (Maria LUGONES, 2014, p.935).

Aprender e estar atenta e presente com pessoas que tensionam o que está dado como legítimo e verdadeiro, que estão em diárias (re)voltas e que transbordam e questionam as identidades coloniais. É uma maneira de construir teorias e práticas que trilhem caminhos para uma “nova geopolítica feminista de saber e amar.” (Maria LUGONES, 2014, p. 951). Seu propósito é refletir e visibilizar como já estamos e como nossas ancestrais resistiram, criando habilidades e técnicas para que a dor e violência não sucumbissem ao seu ser, mantendo sempre o fogo que arde em nossos corpos acessos. Por ser engajado, o feminismo descolonial, é muito atencioso, pois se atenta e privilegia a produção de gerações de mulheres, pessoas Indígenas, Negras, LGBTQIA+, escritoras, poetisas, artesãs, artistas, trabalhadoras rurais, semeadoras, curandeiras, costureiras, rezadeiras, etc. Se mantém e se faz presente em ouvir e dar continuidade à produção de corpos que estão entre as fronteiras estabelecidas pela modernidade ocidental.

Loredana Ribeiro é arqueóloga e historiadora, afroindígena, em seu artigo “Crítica feminista, Arqueologia e Descolonialidade: Sobre resistir na ciência” nos atenta ao fato de que a “resistência não é o objetivo da luta política - é sua condição de possibilidade e não se resiste sozinha.” (Loredana RIBEIRO, 2017, p.230). Por isso é um caminho trilhado coletivamente, que formula perguntas, argumentos e formas de se fazer-pensar que vão em busca de um bem viver. Um viver digno, onde o acesso ao relato, a escrita, a comida, ao território, aos hábitos, técnicas e coisas ancestrais sejam geridos e gestados pelas mãos que os fazem.

Em minhas mãos, o feminismo descolonial é uma ferramenta de luta e autodeterminação dentro de espaços que é dominado e estruturado simbolicamente e fisicamente por um tipo muito específico de sujeito. Enquanto movimento social o feminismo pode ser traduzido como o engajamento de pessoas para o ampliado de direitos básicos de uma vida digna para todas as pessoas. Ele é um instrumento de luta que funciona e dialoga com o pensamento ocidental, assim como a ciência, e só faz sentido dentro da metafísica ocidental e ocidentalizada. É uma postura de atenção e, portanto, de educação para quem a gente lê, ouve e principalmente: quem seguramos a mão dentro de instituições de controle e de poder, como a universidade.

O feminismo aqui entra como um sentimento mais ancestral do que uma política vinda da Europa no início do século XX. Apesar da nomeação e da globalização do conceito, a partir dessa experiência, seu sentido e seu sentir advêm de práticas já existentes bem antes. Ouso dizer que com a primeira pessoa que foi posta no lugar de mulher, quando foi estuprada e resistiu bravamente a essa violência e morte, ali o sentimento de (re)volta e insubmissão foi gerado. Com isso reafirmo e deixarei explícito repetidas vezes que as pessoas sempre,

S E M P R E

resistiram ao ímpeto colonial do não indígena. --> BRANQUITUDE Nosso feminismo é sobre aprender a relatar, a narrar, a dizer sobre os silêncios que nos são maldição. É sobre alongar a memória através do tatear o próprio corpo-território fissurado, conhecer e conseguir nomear as dores e resistências. O chão que piso, epistemologicamente, é de aprender umas com as outras como alongar a memórias, em como elas têm vivido e resistido à colonialidade de gênero e ao colonial-capitalismo (Maria LUGONES, 2014; Loredana RIBEIRO, 2017).

A teorização é a prática de analisar experimentos-experiências acompanhada de outras pessoas. bell hooks (2017) é uma companheira de jornada, chegamos à

teoria desesperadas, feridas e fragmentadas querendo **compreender-apreender** o que estava acontecendo ao nosso redor e dentro de nós (bell hooks, 2017, p.83). A teorização nos permite banhar nas experiências, nos tornando responsáveis pelo que aprendemos a perceber e respeitar durante o mergulho (bell hooks, 2017; Donna HARAWAY, 1995). Por vezes, enquanto estudantes de antropologia, somos instruídas a deixar o nosso pessoal na porta do campo, ou mesmo da Universidade: a dicotomizar quem somos.

Não fragmentar a antropóloga implica em assumir riscos aos olhos da antropologia clássica, pois comumente somos orientadas a buscar um olhar específico e exotificante de como as pessoas têm continuado suas vidas. Não dicotomizar nas ações, nas interações e na correspondência significa assumir as múltiplas possibilidades que o corpo da antropóloga como aprendiz, multifacetado que se engaja em múltiplas formas de estar presente e, uma não exclui as outras, são facetas que coexistem mesmo sendo contraditórias e ambivalentes.

Para a norte americana, escritora e educadora, feminista Negra, bell hooks (2017; 2020) e para o educador brasileiro Paulo Freire (2013) a enunciação e apreensão da construção sócio-histórica está intimamente ligada à compreensão do sujeito de sua situacionalidade, ou seja, o sujeito precisa conhecer as imbricações de sua materialidade. Isso não ocorre em abstrato, a teorização, as escritas de si, escritas de nós, as escrevivências nascem dos atritos de materiais, a expressão e registro de momentos, os arriscados e insuficientes diálogos e correspondência são maneiras de trabalhar como cultivo no engajamento em responder aos incômodos, de compreender a causa material das opressões, de desvelar as tramas e dramas da colonialidade.

O relato, a escrita de diário e a conseqüente educação da atenção que é cultivada nesse hábito de viver, escrever, narrar o vivido imbricando gênero, raça, classe, sexualidade como categorias de diferenciação que não só permeiam a vida, como estruturam o cotidiano e as relações. Examinar a experiência vivida requer examinar como correspondemos com o mundo, em como ocupamos distintas e complexas fronteiras que, por vezes, podem viver em conflitos mortais.

A teorização, nesse sentido, é um instrumento de análise, e, portanto, de entendimento crítico das situações que nos são postas e que nos pomos, observando e questionando o que está estruturado como regra, normalidade, trazendo o ímpeto dos questionamentos sobre as regras e sobre as nossas alianças. Pois de certo

estamos inseridas nesses hábitos rígidos e fixos, e, embora tentando deles desviar, ainda sim sofremos por não sermos parte completa de uma ideia de sujeito.

O entendimento de nossa situacionalidade não é uma elevação moral individual ou transcendência de consciência pessoal, em vez disso é o alongamento da memória coletiva. Podemos dizer que é a costura entre o que acontece hoje, o que aconteceu ontem, o que aconteceu há 522 anos atrás e o que pode acontecer amanhã. Não podemos transcender os perigos, por isso os entendimentos e a análise das situações são aprendizagens. As parentes, interlocutoras, autoras, estudantes, professoras, pessoas que nos dão retalhos, uma parte parcial e limitada de suas experiências de aprendizagens de como continuar viva para não mais guardar silêncios e apagamentos de memória, mas cultivar vida. Para isso seguimos na costura de tramas-narrativas de retomadas ancestrais. Portanto, a teorização é uma maneira de transgressão coletiva e contínua que está sendo gestada por gerações de pessoas (re)voltadas que produzem materialidades, que são como guias, mapas, sopros, que estão em constante aprendizagem viva de como sobreviver às opressões e de como não sucumbir às insistentes tentativas de assimilação da supremacia branca.

O diálogo é necessariamente limitado e é essa limitação na construção narrativa que nos coloca no lugar de percepção atencional. O sentido fraco e arriscado que do diálogo e da escrita exige é um exercício de devir, de saídas das certezas pré-estabelecidas, produzindo compreensão da realidade enquanto processo fluido, limitado e incompleto (Paulo FREIRE, 2013; Tim INGOLD, 2020).

Este é um pensar [crítico] que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação. “Banha-se” permanentemente de temporalidade cujos riscos não teme. (Paulo FREIRE, 2013, p.90)

Conceição Evaristo é mulher negra, linguista, escritora e poeta mineira de Belo Horizonte, essas palavras são pequenas e limitadas para se referir a pessoa e a obra literária de Conceição. Escrivente desde a adolescência **começou a publicar e circular em grande escala suas poesias aos 44 anos nos Cadernos Negros⁹**. Aprendeu a grafar suas vivências com os desenhos de sua mãe na terra, sua mãe

⁹ Cadernos Negros é uma publicação da editora e coletivo [Quilombhoje](#) desde 1978 organizam e circulam poesias, conto escrito por pessoas Negras.

lavava roupas dependia do sol para secar suas roupas e garantir o pão e o feijão de cada dia, nos dias que chovia sua mãe desenhava sóis na terra úmida, como oração. Ali Conceição aprendeu o poder de evocação das grafias. Dar forma às experiências é um instrumento que auxilia na travessia e continuidade da vida, a escrita é importante companheira no caminho de nomear, evocar vivências, grafar escrevivências.

Conceição Evaristo (2005, 2020) em sua literatura propõe a escrevivência como instrumento teórico-metodológico que necessariamente visibiliza as imbricações dos marcadores de gênero/sexualidade, raça e classe, pois seu conceito gerador é gestado pela imagem, voz e presença da mãe preta que enuncia uma sujeita historicamente localizada, que é precariamente representada como personagem subalterna e silenciada no pensamento social brasileiro. A proposta de Conceição é esmiuçar o caráter específico das vivências cotidianas pois acreditamos que as “experiências específicas convocam as mais diferenciadas pessoas.” (Conceição EVARISTO, 2020, p. 31). A escrevivência tem como princípio de que todas somos sujeitas de nossas próprias histórias e, por esse motivo, escuta por Outro lado, educando a atenção de uma escuta privilegiada, que nos puxa à destilar as experiências a partir da percepção e da presença, com e no mundo. Exige presentificação da presença, examinação da experiência marcada pelas marcas sócio-históricas, o que tem por consequência uma percepção de si e dos contextos costuradas às pessoas, às regras, às instituições, às histórias, proporcionando uma releitura crítica de como interagimos, correspondemos, nos comportamos, como performamos raça, classe, gênero e sexualidade.

Para nós, corpos de fronteiras, relatar a vida, o cotidiano e as correspondências, significa um esforço em extirpar os binarismos provenientes do pensamento ocidental, ou seja, precisamos estar atentas às maneiras já estabelecidas de pensamento, de imaginação e de análise de situações. Desde pequenas, no ensino da educação escolar, somos ensinadas a buscar narrativas lineares, que contenham início, meio e fim, que tem um objetivo comunicativo claro, que apresente o tema e seus desdobramentos, que os personagens sejam coesos e contínuos.

As formas de contar histórias também são consequência de como fomos instruídas a pensar. Conceição propõe narrativas e personagens de carne e osso, que são contraditórias, que sentem amor e ódio, raiva e angústia, fome e luxúria. O

pensar, o agir e o narrar de Gloria Anzaldúa (2005, 2020) convergem com o pensamento de Conceição Evaristo. Ambas propõem narrativas e metodologias de relato que expandem os sentidos já estabelecidos de narração para a academia. Gloria Anzaldúa, ao tensionar a supremacia da objetividade científica que busca encontrar um objetivo único, abre fissuras que me permite criticar o ensino da ciência na construção do hábito do raciocínio analítico como única maneira de produção de conhecimento científico. No entanto, alerta que a mestiza aprende a se posicionar por entre as formas de aprender e produzir conhecimento, não descartando nem a academia, nem os saberes populares e nem os ancestrais. Nós nos posicionamos por entre as encruzilhadas, por entre as aprendizagens que nos são compartilhadas e impostas.

Gloria Anzaldúa é indígena Asteca, sapatão, linguista, escritora e poeta. Gloria, tem um papel fundamental na construção do que hoje chamamos de Descolonialidade, apesar de não ser dado o devido crédito a ela por isso. Tradutora exime do pensamento indígena e dos movimentos sociais em especial o movimento feminista e LGBTQIA+, sujeita que se fez em fronteiras andando por entre as encruzilhadas com uma destreza em relatar suas experiências que hoje são mapas nas mãos de pessoas indígenas em terras pindoramas.

me zumba la cabeza con lo contradictorio.

Estoy norteadada por todas las voces que me hablan

simultáneamente.

(Gloria ANZALDUA, 2005, p. 704)

Fronteiras são limites ficcionais construídos para dividir territórios, corpos e ideias é uma tática de guerra de impor e expandir limites a partir do controle e da vigília. Para Gloria Anzaldúa, fronteiras não se referem apenas às delimitações geográficas. Como indígena ela percebe o corpo como território que foi agressivamente sendo desterritorizado pelos processos de colonização, seja a perda de território ancestral, urbanização e inserção de religiões cristãs, etc. A construção sócio-histórica do corpo da mestiza se faz por diferentes matrizes de pensamentos, ela não pode escolher uma fronteira pois ela está sendo o entre as fronteiras, ocupava várias formas de fazer-pensamento ao mesmo tempo.

Carrego em meu sangue fervente da bisá tupinambá, a braveza de minhas avós nordestinas e artesãs, a esperteza de fazer ginga com avô afroindígena e a

brancura do avô português. Estou sendo um entre a cosmologia tupinambá e o pensamento científico-cristão, entre os saberes ancestrais e os saberes da ciência, entre as tecnologias ancestrais de cura e comunicação; e as tecnologias digitais e internéticas. A tensão entre as fronteiras possibilita a metiza perspectivas de multiplicidades, de criatividade para lidar com os problemas e dilemas, sem que um lado se sobressai sobre os outros, mas que haja diálogo entre as complexas fronteiras, visibilizando sempre as causas materiais de opressão e, conseqüentemente, as aprendizagens de resistência.

A escrevivência de Conceição possibilita para escrita antropológica uma fuga, escape dos modos de fazer ciência positivista, porque educa uma presença que a Antropologia e a Etnografia não alcançam, pois são consequência do acúmulo de conhecimento eurocentrados de como representar os Outros. Assim como Conceição, Gloria Anzaldúa propõe instrumentos metodológicos que ela nomeia de consciência mestiza para inscrever em nossas escritas, teóricas e metodologias o cerne de nossas preocupações, intenções que são legitimadas pela nossa trajetória enquanto sujeitas coletivas, ou seja, de nós, das que vieram antes de nós e nossa pertença e presença no território.

A escrevivência e a autohistória buscam examinar as fissuras que habitamos para recontar histórias aterradas por entender que, quando se evoca pensamentos, política e sentimentos já não dizem e não enunciam apenas pelas duas mãos que escrevem, evocam a experiência compartilhada com diferentes pessoas e temporalidades como técnica de análise da realidade social e histórica.

...eu fiz uma reforma em mim. Quero tratar as pessoas que conheço com mais atenção. Quero enviar um sorriso amável as crianças e aos operários (Carolina Maria de JESUS, 1997, p.25)

Carolina Maria de Jesus é uma mulher preta, mineira, romancista, poeta, cronista que ficou mais conhecida pelos seus livros sobre a realidade da favela do Canindé, seu livro intitulado “Quarto de Despejo, Diário de uma favelada”. Carolina escrevia seus diários não apenas para denunciar a precarização da vivência nas vilas e favelas mais que isso, seu intuito era afastar os pensamentos de morte, era a forma que ela encontrou de se apegar a vida, de continuar a viver e a sonhar. Seu sonho era ser romancista, escreveu diversas e complexas novelas e romances, segundo sua filha Vera Eunice sua criatividade e capacidade de ouvir histórias que aconteciam

na casa de suas patroas, juntando com acontecimentos da favela e sua fértil imaginação era de deixar todos com inveja. Carolina Maria de Jesus sabia de seu poder e sua intimidade com a oralidade e as palavras, entendia que o preconceito que vivenciava não era apenas pela cor de sua pele, mas toda uma neurose que dominava a cabeça dos sujeitos brancos, burgueses(...). No entanto, o interesse editorial de suas obras literárias era e segue sendo, a representação de precariedade que pessoas pobres, mulheres, negras, indígenas e afroindígenas são submetidas há mais de 500 anos. A Antropologia tem um papel fundamental na construção e manutenção da representação dos pobres, negros e indígenas, é ela mesma que nomeia a diferença e pega pra si como ofício e devoção nomear quem são e como vivem os Outros.

mas afinal, quem são os Outros?...o problema são os Outros até que ocê se perceba, a Outra.

se perceber como Outra, como aquela que mal se diz... aquela que seu nome não pode ser pronunciado... ela é a Outra... quando dizemos sobre ela é a partir de códigos, de símbolos nunca permitimos que ela fale sobre sua história. pois bem... é sobre isso o feminismo que me alimenta, pegar de volta o que nos foi tirado, aqui a Outra vai dizer.

diário de campo, atravessar os perigos.

ACREDITAR É QUESTÃO DE AUTORIDADE

ela quer me contar uma coisa mas não sei

científica RELIGIOSA

em na A DAI

EU SANGUE de animais E mente dos encantos

passal

9/12/2000

FRIE

ANTRAVESSAR OS PERIGOS E ENCEHAR, ES CREVER

As mentiras que conto são as tentativas de me costurar a noema, essas SÃO AS GRANDES e fedidas merdas!

O GOZO ERA MENTIRA AS ROUPAS MENTIRA A LÍNGUA É MENTIRA

heterocisnorma bifa nca

UMA

3. Capítulo 2 – Entre quatro paredes: o quarto e a sala de aula

a panela é a linha mais íntima que tenho com as mulheres. quando criança, eu sempre ficava na cozinha. toda casa que ia, me enfiava nas cozinhas, encontrava um lugar para não atrapalhar os fluxos. ficava paradinha lá, observando os movimentos, o fervor das panelas, o fritar dos temperos. mulheres indígenas, afroindígenas, negras, pardas e brancas, todas elas se encontravam em frente as panelas que ferve... elas cuidam dos caldeirões fervendo, mesmo com raiva, cansadas, oprimidas, silenciadas... elas fervem... amor e raiva, opressão e libertação. temperam as comidas com seus sentimentos, caldo grosso. caldo grosso.

aprendi a ouvir na cozinha. onde quem faz, fala, demanda. observar até elas se sentirem à vontade de me deixarem participar, pegar nas panelas, ferver meus próprios sentimentos. comecei lavando as louças, escutando seus passos e causos. quando de fato estava na frente dos caldeirões e do fogo, cometi diversos erros e me apavorei em muitos deles e, quando me apavoro, elas me dizem com voz firme: -bella, aqui nada se joga fora, tudo se aproveita...

atenção e responsabilidades com os erros e tropeços, utilizar-se do erro para outra receita. nada se perde, nada se esvai.

ferve, ferve, sem tampa...

deixa os cheiros invadir os pulmões, quebrar as paredes.

*na quarta, encontrei a loredana pra falar do primeiro rascunho dessa escrita. me falta algo... da outra vez que nos encontramos ela me pediu pra escrever conceitualmente sobre autoetnografia, minha cabeça já bem domesticada interpretou isso com debate de teóricos com teóricos, no masculino, pois isso ainda flui pelos meus dedos treinados. ela me disse pra escolher algumas epifanias, momento de aprendizagem, tramas e dramas que me ensinaram, no amor ou na dor, conhecimentos e habilidades que carrego em mim. era necessário escavar memórias, tatear com dedos de intelectual a terra que me ocupa. escavar a mim mesma como devoção, como trabalho, como cultivo. pois bem, pra isso, ela complementa, “se cerque de **coisas**” que te lembrem do tempo de escola, da infância e adolescência, para ajudar essa retomada, e reescrita, desses caminhos.*

Segundo Tim Ingold (2012), as coisas são materialidades animadas que vazam o sentido de objeto e materialidade unilaterais e sem envolvimento com o mundo vivo, as coisas são animadas e vívidas, “as coisas **vazam**, sempre **transbordando** das superfícies que se formam temporariamente em torno delas.” (INGOLD, 2012, p.29). Emaranhadas nas teias da vida e nos movimentos criativos, as coisas, mais que possuir agência, estão engajadas nas múltiplas malhas de sentido. “A coisa, todavia, não é só um fio, mas um certo **agregar de fios** da vida.” (INGOLD, 20120, p.38).

como boa aluna, passo o dia seguinte montando meu laboratório de análise, junto com os objetos que tenho na minha casa, converso com meu pai pra enviar alguns desenhos da infância também. arrumo a mesa, organizo as coisas, e percebo que tem muitos objetos, várias camadas, mas confesso que nada me atravessa e me faz sentar. já é tarde, penso que talvez seja preciso ritualizar o momento para me envolver, talvez acordar mais cedo, fazer um bolo, andar pra pensar... vou costurar e escutar a helô mileo 53aulo53s no programa da dj helô no youtube. paro um pouco de tecer e vou finalizar as pesquisas de imagem pro projeto de extensão do qual sou bolsista. estava pesquisando em notícias e memes de como a masculinidade afeta os homens, como o processo de violentar o outro é necessariamente violentar a si mesmo, esse ciclo precisa ser rompido diariamente não só pelo indivíduo, mas pela rede, pelas pessoas que nos cercam e que habitam o mundo conosco. acabo por volta das 00h, volto a tecer até que... uma coisa viva entre pela fresta da porta.

[3 de setembro de 2021 às 00h]

o rato entrou na minha casa.

ele entrou, ligeiro e corriqueiro. eu berrei, gritei e ainda sinto todo meu corpo arrepiar, estremecer como se ele andasse por mim...começo a chorar sem controle e, olho fixo pra onde o rato estava, a gata safo de início vigia a porta depois começa a rodear a geladeira.

morei com um rato, por alguns meses quando era criança, lá em sete lagoas. falava pras pessoas que moravam comigo que tinha um rato morando no interruptor quebrado do meu quarto, escutava os seus sons agudos por toda a noite, comecei a ter insônia, a ficar na sala de madrugada, no quarto temia o rato, na sala temia ele. tinha dias que o medo me paralisava, o medo me paralisou hoje. em cima do sofá olho fixo pra geladeira e só penso nos ratos passando em cima de mim sem que eu conseguisse reagir. por algum tempo eu não consegui reagir na hora do medo e, isso permitia que ele andasse sobre o meu corpo. letícia me olha e me pega pelos braços pedindo que eu me assentasse no meu corpo:

- já passou, agora você tá aqui!

eu não sinto isso. sinto o nojo, a repulsa, o vômito que engolia seco ao sentir seus gemidos e tatos. eu sinto o ardor do vômito sendo engolido, chegando no meu estômago e ali eu gritava, berrava, uivava. eu reagi, meu corpo reagiu.

a gata safo se empenha em caçá-lo. continuo paralisada. às vezes escuto seus gemidos e meu corpo lembra... aquela coisa de memória muscular também vale pra violência, introjetada nas entranhas, e o que o músculo sabe fazer não é mais transformar açúcar-amido em energia, é pulsar uma dor tão aberta e ferida, soltar o pus pra fora... e isso dói.

era férias, a primeira vez que fui ver minha mãe depois que ela se mudou pra piedade de caratinga. casou se com um cara de lá e foi morar com ele, eu fui morar com meu pai em são paulo. fazia um ano que a gente não se via. aquele ano foi difícil, passava a maior parte dos dias sozinha e cada vez mais trancada, dura, ensimesmada. um dia dormi na sala porque fiquei com alergia do quarto mofado. quando meus olhos se fecharam e estava prestes a dormir, escuto o som das patas dos ratos encostando no chão, isso dispara uma angústia tão soterrada que a voz dele ocupa meu corpo. já não estou presente. escuto e vejo paranoias, me drogam

mas não adianta. só piora, vejo mais e mais coisas, ouço tantas vozes me dizer o que vão fazer, o que estão fazendo e o que já fizeram comigo. eles dizem e riem, gargalham e gozam, tiram onda... as pessoas não acreditam, acham que faço cena, quero atenção.

a gata safo conseguiu tirar o rato aqui de casa. mas ele ainda habita tantas camadas dos meus músculos.

No fim, foi uma coisa que me despertou uma epifania. Uma coisa viva e ativa, o rato.

Se choro, quando choro e minha lágrima cai
É pra regar o capim que alimenta a vida
Chorando, eu refaço as nascentes que você secou
Se desejo, o meu desejo faz subir marés de sal e sortilégio
Vivo de cara pro vento, na chuva, e quero me molhar
[Carta de amor, Maria Bethânia](#)

3.1. QUANTAS VEZES PODEMOS MORRER?

HÁ QUANTAS FORMAS DE MATAR?

HÁ QUANTAS FORMAS DE MATAR LENTAMENTE UMA PESSOA? UM POVO?

A TERRA?

Os intelectuais pós-colonialistas aprendem que seu privilégio é sua perda. Nisso, eles são paradigmas dos intelectuais
(Gayatri SPIVAK, 2020, p.84)

Estupro sempre implica morte.
(Eva MORENO, 2017, p.235)

Sempre há gatilhos que me fazem voltar aos momentos traumáticos de forma feroz e muitas vezes sem saída, sendo a morte uma possibilidade bem plausível para acabar com o sofrimento. O rato é o gatilho que me tira de qualquer centralidade de presença, ele me leva a momentos onde na infância meu corpo foi violado. Por muitos anos não quis pensar sobre essa violência, as memórias foram soterradas para continuar. Acontece que quando menos esperava eu via um rato e tudo era remexido

dentro de mim, os toques indevidos afloram a minha pele e sinto toda a dor e angústia novamente.

A dimensão da complexidade da nossa falta de memória sobre nossa própria trajetória e das pessoas que vieram antes começou a me atormentar nos primeiros anos de faculdade. A quantidade de denúncias de assédio sexual, moral e estupro que sempre foram invisibilizados, com o passar do tempo, aumentou a inconformidade e inquietações dentro da Universidade. Quando entrei na graduação em Antropologia, já estava inserida e em processo formativo pelos movimentos sociais, sobretudo os feministas, logo meu comprometimento sempre foi de construção de uma postura crítica dentro das quatro paredes da Universidade. Por essa postura crítica-reflexiva meu corpo era lido com um corpo que saberia ouvir, acolher e encaminhar denúncias de assédio sexual, moral e estupro.

A situação se agravou em 2018 com processo de adoecimento do corpo. Não era mais possível soterrar toda a minha trajetória e minhas experiências com as múltiplas violências. Nunca se tratou apenas de uma história, mas sim de experiências coletivas que me costuram às pessoas feminilizadas, ou seja, mulheres cishétero, pessoas LGBTQIA+ e homens racializados. Se trata de um habitar as fissuras de uma estrutura fálica e falida, de uma experiência coletiva de violação e abuso, (re)atualizada todos os dias não só com a repetição do ato em si, mas com as insinuações, descaso, formas diárias dessa mesma violação e com as invisibilidades dos relatos.

O objetivo principal deste capítulo é visibilizar as violências diárias que atravessa toda a trajetória das pessoas colonizadas, percebendo as violências como estupros simbólicos diários e sistêmicos, pois se tratam de uma ação que viola a subjetividade das pessoas, por consequência, implica em morte de suas potências de ser e vir a ser. Nesse sentido, esmiuçar a relação entre violência sexual/de gênero e educação nos permite entender como as situações cotidianas se tratam de aprendizagens, formas que não estão pré estabelecidas, mas são interações que fazem sentido em um local e em relações específicas.

A mulher do terceiro mundo se revolta: Nós anulamos, nós apagamos suas impressões de homem branco. Quando você vier bater em nossas portas e carimbar nossas faces com ESTÚPIDA, HISTÉRICA, PUTA PASSIVA, PERVERTIDA, quando você chegar com seus ferretes e marcar PROPRIEDADE

PRIVADA em nossas nádegas, nós vomitaremos de volta na sua boca a culpa, a auto-recusa e o ódio racial que você nos fez engolir à força. Não seremos mais suporte para seus medos projetados. Estamos cansadas do papel de cordeiros sacrificiais e bodes expiatórios.

(Gloria ANZALDÚA, 2000, p.231, grifos original e grifos meus)

O estupro é uma violência direta de morte, talvez, o coração continue a pulsar sangue para todo o corpo e a pessoa violentada continue a andar pelos morros, ruas e avenidas; mas há sempre uma morte, as maneiras de ser, de expressar, de vestir, de comunicar, de andar, de corresponder, de ouvir e de prestar atenção estão educadas pelas situações de violência. O estupro é um instrumento de dominação e subjugação de corpos feminilizados, tecnologia de guerra que não é apenas a maneira física e explícita pela penetração abrupta e violenta de orifícios como vagina, anus, boca. É também uma violência evocativa, que anuncia e enuncia um modo específico que o corpo deve corresponder com a teia social. A violência evocativa e o assédio sexual também podem ser interpretados como microviolência que se trata de violências cotidianas e banalizadas. Que acontece sem o toque direto, da pele com a pele; a violência que acontece pelos olhares, gestos e fala.

Para evidenciar meu argumento de que o cotidiano das mulheres cishétero, das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, de e homens racializados são atravessadas por violências diárias, o recurso do formulário online e anônimo foi utilizado para coleta de denúncias. A fim de evidenciar o caráter coletivo das violências. Os relatos compõem este texto em negrito, exemplificando e complementando os argumentos. A partir do formulário online e anônimo, obtive 21 respostas onde 100% das pessoas afirmaram ter passado por situações de violência, com 17 relatos de violências sexuais, de gênero, de racismo, de LGBTQIA+fobia e de capacitismo. O objetivo também é visibilizar violências que são continuamente negadas e silenciadas.

“Para que ele não me agredisse novamente eu cedi ao sexo, mesmo sem vontade. Aí ele parou de me bater e depois dormiu. No dia seguinte me separei. Isso já faz mais de dez anos, mas só agora, fazendo terapia, me dei conta de que naquela noite ele me estuprou. Por medo de morrer, acabei cedendo a uma relação sexual.”

De acordo com a [Lei Nº 12.015 de 2009](#) o crimes de violência sexual são expressos pelo:

Estupro

Art. 231. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (...)

Violação sexual mediante fraude

Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima (...)

Assédio Sexual

Art.216-A.

..... (...)

Estupro de vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.
(LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009).

De acordo com a Legislação brasileira, o estupro consiste no constrangimento de alguém a um ato sexual sem consentimento; a violação sexual mediante a fraude se refere a persuasão sem que a vítima tenha consciência do que está sendo proposto; o assédio é a enunciação da violação, seja com palavras, gestos, etc.. Lívia Paiva e Ana Lucia Sabadell (2018) vão apontar que na legislação reformulada em 2009, tivemos um ganho no sentido de todo o argumento da lei se referir ao direito individual à liberdade sexual, reafirmando que a violação da “autodeterminação sexual da vítima deve ser considerado um estupro.” (Lívia PAIVA e Ana Lucia SABADELL, 2018, p.122). A lei não se inscreve no sentido moral e institucional das violências sexuais, o que deixa um vazio substancial no sentido coletivo e, portanto, estrutural das violências sexuais.

“Dos 5 aos 18 anos vivi sofrendo abusos por parte de um padrasto. Ele fazia com que não ficassem marcas e se ficasse, mentia pra todo mundo.”

Segundo as autoras Lívia Paiva e Ana Lucia Sabadell (2018), Rita Segato (2003), Eva Moreno (2017) e Carol Ronai (2019), há um vazio de dados quantitativos e qualitativos sobre violências sexuais e de gênero, em especial produzidos pelo

Estado e suas instituições, isso inclui a ciência. Há poucos e escondidos estudos que se debruçam nas questões complexas das violências sexuais.

As autoras vão argumentar que isso implica na não construção e execução de políticas públicas, e por consequência, sem ações estruturais, já que as violências sexuais são a priori violências de gênero. Rita Segato (2003) e Eva Moreno (2017) vão chamar a atenção para o silêncio que acompanha a temática do estupro na Antropologia. Eva Moreno (2017) em seu texto 'Estupro em campo: Reflexões de uma sobrevivente' vai argumentar como a violência de gênero permeia o cotidiano das antropólogas, sobretudo aquelas racializadas, considerando que não seja por acaso que o nome fictício da autora do artigo incluía um componente que explicitasse sua corporeidade. Nossos corpos em campo são lidos, muitas vezes como corpos disponíveis e, por isso, suscetíveis a assédios e violências sexuais. Eva Moreno foi estuprada em campo, nunca pode denunciar o caso de maneira formal. Para publicação deste artigo, usou outro nome para denunciar de alguma maneira, a violação de seu corpo.

QUE COM
NÃO
ESTURRADOR

és tu que não para com a dor, estuprador.

(lambe artesanal feito com jornal e tinta acrílica, colado com cola de farinha de trigo. Lambe e Fotografia de Isabella A. Guimarães)

Rita Segato, antropóloga, feminista, argentina, conduziu uma importante pesquisa sobre crimes sexuais, apresentada em seu livro “Estruturas Elementares da violência” (2003), na qual foram ouvidos os apenados por delitos contra a liberdade sexual (Artigos 213 e 214 do Código Penal) de uma penitenciária de Brasília/DF. De acordo com a antropóloga, “o estupro se percebe como um ato disciplinador e vingador contra a mulher genérica. O mandato de castigá-la e roubar-lhe a sua vitalidade parece uma compulsão forte e inescapável” (Rita SEGATO, 2003, p.31, tradução minha).

“É só um pouquinho!”

Rita Segato (2003) vai argumentar que ao contrário do entendimento público que o estupro acontece por uma necessidade física, de um desejo a ser saciado (ato libidinoso), ele se refere e funciona como um regulador do papel social, pois tem como propósito a educação do lugar social que os corpos feminilizados podem e devem ocupar. Caso esse lugar fuja dos trilhos das identidades coloniais, a pessoa será punida por seus supostos desvios. Portanto, o estupro é uma questão de controle e vigilância. Segundo a autora, a construção da nacionalidade moderna foi enrijecendo os sentidos e papéis de gênero. As identidades construídas pela colonialidade como Homem, Mulher, Negro, Índio, Pardo, Hétero, Cis, Homossexual, Trans, etc., funcionam como contratos sociais com os quais cada corporalidade precisa cumprir sua coesão, estando sempre à espreita de ser punida caso os viole.

“Homens me assediam quando passo na rua, com olhares fixos e falas sexualizadas. Tenho receio de andar na rua à noite, principalmente.”

Sendo uma ferramenta que age como regulador dos papéis de gênero, o estupro também funciona como sequestro da autonomia, pois altera a maneira de correspondência. As correspondências com as pessoas e o mundo passam a ser

mediadas pelo medo da violência e punição. O estupro consiste na violação sexual de qualquer natureza, sem o consentimento das partes envolvidas.

É o bonde das bicha, braba, brasa, bruxa, bruta
Pra calar os Conte Lopes com as track mais suja
É o corte nos Costa Lock que não respeita a luta
As puta que cê espancou, hoje te mata e te sepulta
Feito Kill Bill, desossa os Playmobill que assiste e assusta
Quebra de verso imbecil é uma estrofe das mina junta
Seguimos pra frente, pra cima, sem curva

[Machocídio, Rap Plus Size](#)

Chego chegando direto, já tiro os castelo, só deixo alicerce de base
Dobrando um barato com as mana
Com as bixa, com as trava e as preta de toda a cidade
Lutando pela liberdade
Cê diz que é clichê mas não sabe
A luta que é quando diz que é mulher
Mas seu corpo não tá nos enquadre

[Jaguaririca Print, Luísa e Os Alquimistas](#)

3.2. Violência evocativa como educação da atenção

O medo de acontecer novamente educa a pessoa violada. A violência habita repetidas vezes as camadas da existência de uma pessoa. Podemos falar, escrever, relatar, poetizar, desenhar, etc.; mas isso não muda a dor latente. O hábito de estar sempre atenta às possíveis violências que estamos suscetíveis é uma habilidade, pois tem coisas que sempre serão um problema. A violência, modifica a correspondência com o mundo. Logo, nós, pessoas que tiveram seus corpos violados e tiradas a autonomia de ser, de ter nossos interesses respeitados e legitimados, estamos numa insistência lenta e cotidiana de aprender a viver, com feridas que por vezes necrosam. Modificando e reelaborando as habilidades e técnicas de resistir a estrutura racista, patriarcal e capitalista apreendidas umas com as outras (Maria LUGONES, 2014).

“A culpa de ser um monstro e envergonhar a família. A culpa por amar alguém que não deveria e que me levaria para o inferno. Com o passar dos meses, ela

me chamou para encontrá-la em uma festa. Quando cheguei ela já estava muito bêbada, não conseguia nem ficar em pé. Sentei com ela em um sofá e ficaríamos lá até que ela melhorasse. Passou um tempo e o pai dela apareceu, um dos amigos dela havia ligado para ele para avisar que eu estava lá. Ele pediu que uma das amigas da garota levasse ela para o carro e ficou para trás, comigo. Foi um dos momentos mais assustadores da minha vida, ele veio para cima de mim (que era uma garota de 16 anos), me prendeu contra a parede, segurando meus ombros, e disse que se eu chegasse perto da filha dele de novo ele iria mandar me prender e se ele não conseguisse, iria me matar com as próprias mãos. Acredito que ele tenha dito o mesmo para a garota, pois depois disso ela me escreveu uma carta “terminando”, pedindo desculpas e dizendo que era o melhor para todos.”

Tim Ingold no livro ‘Antropologia é/como educação’ (2020) argumenta a favor de outro propósito para Antropologia, ela mesma como um instrumento educativo de nos atentar a vida e seus fluxos e percursos. Para ele, a vida e a necessidade de continuar vivas são tarefas a se realizar, não estão dadas, temos que tomar pelas mãos o ofício de estar vivas.

Ano passado eu morri, mas este ano eu não morro (...)
Por fim, permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí¹⁰

Isso significa também pensar nas relações de geração e de correspondência com as coisas em forma de processo de aprendizagem sempre por vir, ou seja, estamos a todos os momentos aprendendo a viver. Educação para Tim Ingold (2020) é um processo contínuo e inacabado, que passa por atentar-se às coisas, ao mundo que vivemos e suas relações, uma presença insistente de estar atenta ao que acontece e às correspondências com o mundo vivo. Não há ainda, uma maneira apenas de aprender ou desenvolver habilidades, estas estão sempre em mudança, elas são reelaboradas, refeitas, não só a habilidade que é reelaborada como também

¹⁰ Trecho da canção ‘Sujeito de Sorte’ escrita por Belchior em 1976. Mas a citação aqui é do verso na música [AmarElo](#) de Emicida (2019), com refrão cantado por Majur e Pablio Vittar.

a leitura dos contextos. Habilidades e hábitos são constituídos pelo passar várias vezes no mesmo lugar, pela repetição sempre inédita da tentativa de alinhamento com uma técnica, hábito ou maneira de se fazer uso do corpo. Além disso, Ingold argumenta que a educação é uma prática de exposição, de pôr para fora, de nos colocar no jogo da vida e das relações.

“Por ter sido socializado como uma menina, senti inúmeras podas por não seguir um script traçado pelas pessoas mais próximas na minha convivência. Na medida em que fui crescendo tudo foi afunilando e fui obrigado a optar pela minha vida ou garantir o afeto. Felizmente optei por minha vida e agora me sinto digno de afeto quase sempre!”

Na situação em que nos encontramos, ocidentalizadas, sujeitas a viver um cotidiano estruturado pelo capitalismo, somos ensinadas pelas instituições como viver e como corresponder. As violências de gênero não só traumatizam, sobretudo educam (Rita SEGATO 2018). Por se inscrever numa ação de poder e não de desejo, seu propósito educativo é cercear os movimentos e fluxos que um corpo pode e deve ocupar. Como o próprio Ingold (2020) argumenta, a correspondência da violência não está dada, é sempre reelaborada no habitar das maneiras de corresponder, os corpos feminilizados são insistentemente colocados na posição de subalternidade pelos seus cotidianos. A correspondência com a vida está inscrita por violências físicas e simbólicas que reafirmam que tipo de hábito e de habilidades seus corpos devem ter.

“Há alguns anos trabalhava levando documentos para serem assinados por médicos num complexo hospitalar, geralmente no consultório. No início, eu era sorridente e simpática, mas após passar por situações de desconforto, como frases que assinalavam que eu era bonita e coisas do tipo, faladas também com outros homens, passei a não sorrir mais e ser seca e direta no meu contato com os homens médicos. Me alertaram que não adiantaria eu falar para um superior pois outra colega falou e foi ela quem acabou advertida.”

Argumento que a educação é como a vida continua, como a vida acontece, os processos formativos são processos de aprendizagem. Uma pessoa não nasce

racista, ela aprende com seu meio a se posicionar e se relacionar de maneira racista. A televisão, a escola, as relações familiares educam uma criança branca a se perceber como alguém que está acima de outras pessoas, que tem mais coisas do que crianças negras, pardas e indígenas. Já as crianças racializadas aprendem que suas identidades se dão pelas faltas, daquilo que ela não tem e daquilo que ela não é. Isso não está na essência, isso foi educado ao decorrer da vida. Uma família racializada ensina às suas crianças habilidades de como resistir à vida em uma sociedade racista e patriarcal, na qual o silêncio deve ser acionado e a fala e a enunciação são indispensáveis.

Você não costurou só roupa, né?
Teve que costurar um mundo de trauma, abdicação, luta
Pra hoje falar com orgulho
Que essa família não tem vagabundo
Aprendi no seu colo
Tenha medo de quem tá vivo e respeito por quem tá morto
Ouvindo desde novo, 'cê já é preto'
Não sai desse jeito, se não eles te olha torto
[Djonga, Bença.](#)

A enunciação das violências, ou seja, dizer que uma menina deve fechar as pernas para que ninguém veja ou especule sobre sua genitália, é o mesmo que dizer que ela deve manter seu corpo fechado e cerceado ou será punida. A atenção das pessoas marcadas pela diferença está sempre vigilante para que não seja violada novamente. A mera possibilidade da violência educa sobre o “devido lugar” de cada identidade colonial.

“Baianada, cabeça chata, quando não faz merda na entrada faz na saída...”

Outro aspecto violento e colonial da experiência do estupro físico e simbólico, é o de encurtamento da memória. Por se tratar de um evento traumático que somos ensinadas a soterrar e reprimir, vamos apagando nossas formas de ser a fim de sofrer menos, ou não ser punida novamente. O apagamento de memórias não acontece apenas no âmbito individual e pessoal, a ciência tem um papel fundamental na obliteração de certas narrativas em detrimento de outras. A própria temática de estupro e violência colonial são assuntos envolvidos em silêncio, culpa e medo. Acontece que o tempo linear não é universal, sequer verdadeiro mesmo no ocidente.

O que supostamente 'passou', de fato 'fica' cravado na carne, costurado com sangue, pus e suor.

Por isso me faz muito sentido pensar nos estupro simbólicos como violências tão mortais como o estupro, pois elas funcionam para que as pessoas se mantenham no papel pré-estabelecido. Somos forçadas a educar nossa correspondência com a vida de modo a aceitar a subjetividade colonial que nos foi imposta e que define nossa vida pela violência e pelas ausências materiais de trajetórias, histórias, materialidades e memória.

3.3. Caças às bruxas e o sujeito modesto da ciência

[6 de setembro de 2020]

o rato continua aqui. e preciso dizer eu não tenho nojo dele, acho ele fofo até. ele é bem pequeno, cinza, é um camundongo. deve tá perdido e machucado, pois deixou rastros de sangue. meu medo não é do animal que vejo, mas é a nossa separação. é que não consigo ver ele como um ser, apenas. sinto como um emaranhado de narrativas que nos afasta, que me invade de ideias obsessivas. não é sobre o animal, ele não fez nada comigo, é a profundidade de narrativas que afloram todos os pelos do meu corpo ao nos encontrar.

eu sei lidar com o rato, no laboratório sei tirar o músculo e o coração, sei matar, treinar e tirar a pressão, mas ele na minha casa, no privado, no íntimo... ele é outra coisa. outra memória. como a ciência nos ensina a lidar com as coisas? decepando, dissecando, deixando irreconhecível, tirando o ser daquele bichinho. no laboratório da faculdade de educação física da usp, onde fui bolsista de Pré Iniciação Científica, tinha umas salas de equipamentos gigantes pra fazer um coraçãozinho de rato pulsar sem corpo, fluídos, técnicas e maquinários. assim a ciência lida com as coisas, pega o coração do Outro e bota na vitrine, sem o corpo. como se fosse óbvio que aquele coração era de um rato vivo... eu nem pensava que eles eram vivos, seres, bichos que experimentam a vida comigo, quando via aqueles músculos "trabalharem" sem um corpo, ficava fascinada em como isso era possível, vidrada por horas vendo aquilo...

quando saía da usp e pegava as conduções até em casa, pensava o quanto na real nossa vida se parecia... a minha e dos ratos do laboratório...a gente nasceu em uma caixa, vive nela sem nossa terra, somos alienadas do nosso corpo e nossa produção... esses pensamentos vieram com o tempo, com o asco que eu tinha de mim mesma ao tratá-los com frieza, por que tratar esses animais como objetos? olha a vida deles... tão parecida com a minha...e as dos ratos dos trilhos do trem...coisas viventes.

Na Europa medieval camponesa, o corpo era tido como sujeito social que responde e faz alianças a partir de suas redes de parentesco e sociabilidade, essa rede não necessariamente é constituída por parentes consanguíneos. A relação com ervas, plantas, magia e curas também demonstra relação de intimidade com a terra, ela é percebida como extensão do corpo coletivo. O saber da experiência e os limites entre realidade e ficção nesse momento também não são separados. Com as investidas da igreja e da nobreza de cercar o poder e autonomia dos corpos, especialmente os corpos femininos e feminilizados; outra forma de se relacionar com o corpo e a terra começou a se impor. Silvia Federici (2017) nos mostra como, no século XIX, narrativas literárias, filosóficas, iconográficas e científicas produziam realidade a partir de pressupostos e ideologias construídas a partir do século XVI. A circulação dessas ideias era inicialmente muito restrita, já que a escrita e a leitura eram privilégios da nobreza e, naquele momento, das elites emergentes, os burgueses. Esse saber que circula pela escrita nas elites, se sobrepõe aos saberes orais e da experiência, o prestígio e legitimidade são assegurados e daqui pra frente cada vez mais eurocentrados e masculinos.

A expansão marítima e o encontro conflituoso com populações não europeias, inaugura pouco a pouco o que vivemos hoje como capitalismo e colonialidade. O corpo devia se desgarrar do coletivo e da terra, precisa trabalhar e gerar o acúmulo de riquezas, “quanto mais melhor” era um dito da época mesmo que eles não entendessem o que era mais e melhor. As elites masculinas daquela época vislumbraram e especularam uma narrativa sobre como o mundo poderia ser, a partir da escrita especulativa, as ideias circulantes nos corpos dos nobres ganharam dimensões de realidade material no cotidiano. O controle incidiu no corpo e nas relações entre as pessoas, a mulher, especialmente a mulher idosa e pobre, começa a ser narrada como perigosa, como alguém que se deveria suspeitar de suas práticas e conhecimentos, "a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo foi o corpo

humano e não a máquina a vapor, nem tampouco o relógio." (Silvia FEDERICI, 2017, p. 268). As redes de intimidade e criatividade onde essas chamadas bruxas circulavam, são paulatinamente desfeitas, ruídas e fragmentadas; o poder de articulação e principalmente de autonomia sobre o corpo e a terra são sistematicamente violados e tidos como um perigo à coletividade e, portanto, à mudança social imposta. A deslegitimização dos saberes femininos não é inocente ou fruto do acaso. As camponesas europeias tinham autonomia sobre seus corpos e em suas relações com a terra, o que significa que elas produziam seus alimentos, detinham o conhecimento de curas e aborto, elas regulavam a natalidade e a produção de mão de obra pro incipiente capitalismo.

leio a silvia frederici e a ansiedade bombeia meu corpo com perguntas... antes que avance a leitura: a quem interessa a queima das bruxas? a quem interessa o apagamento dos saberes de cura e aborto? a quem serve a fragmentação das relações de intimidade e criatividade das mulheres e dos corpos feminilizados? a quem serve a ideia de mulher? a quem serve a ideia de mulher como natureza? a quem serve a morte? a quem continua a servir a morte, os genocídios e os silenciamentos que grita pelo meu corpo?....

Ao restringir sua criatividade – [com a perseguição de bruxas e campanhas contra parteiras e curadoras e nos pogroms contra mulheres independentes “não assimiladas”; a definição das buscas e intenções masculinas como mais valiosas do que as femininas em qualquer cultura, o que faz com que os valores culturais se tornem a corporificação da subjetividade masculina; a restrição da satisfação pessoal feminina apenas para o casamento e maternidade; a exploração sexual das mulheres por homens artistas e professores; a interrupção social e econômica das aspirações criativas das mulheres ; o apagamento das tradições femininas] (Adrienne RICH, 2010, p.25)

Os modos de dominação masculina estavam presentes: nas narrativas circulantes na nobreza o projeto de mundo masculino, aristocrático e cristão não é apenas sonhado, especulado e escrito, é circulado internamente e disseminado pelos outros mundos ou como eles chamam o “Novo Mundo”. Essa disseminação é armada e grafada, a violência é sua principal linguagem, o discurso e o estupro são suas táticas de guerra. O projeto de silêncio começa a se delinear no sul global, como uma narração heroica sobre a invasão dos territórios, onde o sujeito europeu ocidental

narra suas “aventuras do descobrimento” descrevendo as pessoas e suas formas de viver, construindo sistematicamente diferenças entre ele e os Outros.

enquanto bruxas eram queimadas nas fogueiras das metrópoles, nas colônias o projeto civilizatório do cristianismo se debatia com a missão de transformar os machos e fêmeas não humanos (posto que não civilizados, bestializados e hipersexualizados) em homens e mulheres. (Loredana RIBEIRO, 2017, p.215)

Maria Lugones (2014) discorre que a dicotomia hierárquica entre humanos e não humanos é a dicotomia central da colonialidade, pois ela nomeia quem são os sujeitos, os humanos e, os Outros, não humanos que devem ser controlados pela missão civilizatória. Os sujeitos estão na ordem da Cultura e os Outros na ordem da Natureza.

Loredana Ribeiro (2017) argumenta que a caça às bruxas, crise do gênero na Europa e surgimento da ciência moderna são processos coproduzidos e retroalimentados. Essa coprodução vai se inscrever na produção do sujeito da ciência, cognoscente, aquele que tem modéstia, que não narra a si mesmo, mas que descreve o mundo e o Outro a partir de uma suposta neutralidade e objetividade.

O corpo do cientista/acadêmico habita os espaços públicos, tem livre acesso e circulação para desbravar e constituir uma narrativa verdadeira dos fenômenos reais. Outro ponto fundamental aqui é o lugar da caça às bruxas na produção dos métodos científicos. Para Francis Bacon, um dos heróis da ciência moderna, os “segredos da natureza e segredos da bruxaria [leia-se de mulheres, de LGBTQIA+, de homens infiéis e/ou racializados] poderiam ser descobertos pelo mesmo método: ‘tortura’ por invenções mecânicas de modo a se extrair a verdade” (Loredana RIBEIRO, 2017, p.215). Em diálogo com Silvia Frederici (2017), a autora argumenta que as violências de gênero/sexualidade e raça são instrumentos do projeto civilizatório colonial, assegurados e defendidos pela ciência, através da violação, material e simbólica, de corpos não brancos, não europeus, não masculinos e cishétero. Os Outros são submetidos ao estupro como maneira de produção de corpos civilizados, reforçando as identidades coloniais e sua produção de trabalho e reprodução.

3.4. O ‘caso Harvard’: o abuso sexual é um problema antropológico

Grada Kilomba (2019) em seu livro “Memórias da Plantação, episódios de racismo cotidiano” argumenta que o racismo e o sexismo se inscrevem e habitam o cotidiano com falas, argumentos e gestos e é assim que eles se perpetuam por tantos séculos. Segundo a autora, subjetividade é aquilo que torna o sujeito, sujeito. O conceito de sujeito possui três níveis: o político, o social e o individual. Uma pessoa tem seu status de sujeito reconhecido quando o contexto social reconhece e ela própria reconhece sua identidade.

O termo sujeito, contudo, especifica a relação de um indivíduo com sua sociedade; e não se refere a um conceito substancial, mas sim a um conceito relacional. Ter o status de sujeito significa que, por um lado, indivíduos podem se encontrar e se apresentar em esferas diferentes de intersubjetividade e realidades sociais, e por outro lado, podem participar em suas sociedades, isto é, podem determinar os tópicos e anunciar os temas e agendas das sociedades em que vivem. Em outras palavras, elas/eles podem ver seus interesses individuais e coletivos reconhecidos, validados e representados oficialmente na sociedade – o status absoluto de sujeito. (Grada KILOMBA, 2019, p.47)

Para as pessoas marcadas pela colonialidade esse lugar é negado, pois nos tornamos apenas uma parte da faceta da identidade colonial, meu status social é de ser apenas mulher, racializada e LGBTQIA+. Nossa vida é reduzida e limitada ao nosso sofrimento e faltas, ou como objetos de análise do sujeito modesto da ciência. Isso significa dizer que só um tipo muito específico de pessoa é sujeito, o homem branco, eurodescendente, burguês, cishétero sexual, cognoscente. E é esse sujeito que escreve e reescreve as narrativas científicas, pois ele tem o direito de determinar o que é importante e legítimo para ciência. Sua postura racista, sexista e LGBTQIA+fóbica são educadas pelas instituições coloniais, como a Universidade.

Para exemplificar os enrosos da Antropologia e estupros físicos e simbólicos, vou me utilizar das denúncias que vieram a público pela primeira vez em 2006 contra professor de Antropologia John Comaroff especialista em estudos africanos e o professor de Arqueologia Gary Urton especialista em estudos andinos, ambos de Harvard. Para tal análise de caso, faço uso de textos jornalísticos, o objetivo é lançar um olhar de uma estudante-aprendiz terceiro mundista sobre os modos de produção do sujeito da ciência e suas relações das co-produções de poder, gênero,

branquitude e autoridade científica. Para evitar constrangimentos e eventuais retaliações, vou usar um caso estadunidense (que poderia muito bem ter acontecido no Brasil) para desenvolver minhas ideias sobre a relação entre a violência de gênero ‘educativa’ do dia a dia e as violências simbólicas e materiais perpetuadas pela academia.

Segundo o texto [“#MeToo Anthropology and the Case Against Harvard”](#) publicado no site da Revista Sapiens escrito pela antropóloga Holly Walters e o texto [“What’s Actually in the Sexual Harassment Complaint Against Harvard’s John Comaroff”](#) do site Intelligencer escrito pela jornalista Irin Carmon. Os registros de denúncia contra o professor John Comaroff, homem, branco, cishétero, casado, com cargo de professor na Universidade de Harvard são graves e antigos. Os casos de assédio são denunciados desde 1979, ou seja, 43 anos de denúncias com conteúdo de assédio sexual, assédio moral e LGBTQIA+fobia, sem encaminhamentos. São descritos como beijos forçados, toques no corpo sem consentimento e o assédio sexual, as denúncias também registram a ameaça por parte do professor de retaliação devido sua influência nas instituições acadêmicas.

“ela [ex-aluna] ficou tão perturbada por sua experiência com o professor Comaroff que abandonou seus planos de buscar um doutorado em antropologia”

Segundo os textos [“Anthropology Faculty Call for Urton’s Resignation as More Former Students Accuse Him of Sexual Misconduct!”](#) escrito pelo jornalista James S.Bikales para o The Harvard Crimson e o texto [“Andean Archaeology Has a #MeToo Problem”](#) escrito pelo blogger Michael Balter, relatam violências sexuais e assédio sexual e moral por parte do professor Gary Urton com alunas de pós-graduação. Os textos relatam denúncias de abuso sexual cometido desde 2003 pelo professor Gary Urton que é: homem, branco, cishétero, professor e coordenador do curso de graduação. O movimento de denúncia ganha forma pública quando uma ex-aluna divulga e-mails e o registro de várias denúncias na ouvidoria da Universidade. Ao tornar de conhecimento público na internet, pelo movimento #MeToo, somaram as denúncias outras alunas também relataram a conduta sexista do professor na sala de aula e em campo. As denúncias têm conteúdo de assédio sexual, assédio moral, abuso de poder e chantagem.

“Se você já citou um artigo de Gary no qual sou coautora, saiba que foi escrito em uma atmosfera de coerção sexual e manipulação emocional e abuso.”

O caso dos dois professores de Harvard narram uma trajetória de silêncio e complacência da Instituição de ensino, onde as denúncias das ouvidorias se tornam apenas mais um relato esquecido. As denúncias contra os professores de Harvard têm muitas similaridades, seus pontos de encontro deixam evidente todo o debate sobre como a estrutura patriarcal permite anos de abuso por parte dos homens da ciência. Não só em sua gênese, mas em sua continuidade, sendo passada de geração para geração.

O caso Harvard torna explícito a falta de comprometimento por parte da instituição de ensino que não legitima as denúncias na ouvidoria da Universidade, o que permite que os anos se passem e as vítimas ficam invisíveis, como se não tivesse ocorrido. O caso se torna público com a entrada com processo administrativo contra os professores com provas de e-mail e mensagens. No caso das violências de gênero e raciais, enfrentamos um problema sério: as provas. É padrão das denúncias o professor pegar as alunas sozinhas, em outro país, como no caso dos assédios cometidos por Gary Urton no Peru. Os professores sabem que contra a sua trajetória acadêmica e legitimidade e o início de trajetória acadêmica das mulheres, a sua voz será legitimada em detrimento das alunas.

As quatro paredes do quarto delimitam o lugar do privado, onde poucas pessoas tem acesso e circulação, onde também as violências de gênero e raciais são destinadas ao silêncio. Nas quatro paredes da universidade, um lugar público de grande circulação de pessoas, as violências de gênero e raciais têm o mesmo destino: o silêncio.

3.5. O Elias assistindo a aula pelo buraco da janela

E se nós começássemos com “e” de educação e reescrevessemos a educação com e-ducação? O “e” vem de ex, que significando “fora”. Educação, então, não seria sobre incutir conhecimento nas mentes dos novatos, mas sobre conduzi-los para o mundo p.51 (Tim INGOLD, 2020)

A aula era de etnologia ameríndia, o uso de audiovisual foi bastante intenso nessa disciplina. Sons indígenas escapavam por um buraco da janela, quebrada propositalmente em algum momento. O som dos maracás puxou pra perto da sala de aula a atenção de Elias, criança negra que ficava na porta da Universidade pedindo uns trocos, ele assistiu atenciosamente várias aulas dessa disciplina, repetidamente, ele se apoiava na janela e pelo buraco... correspondia com a aula.

Ao nos darmos conta da situação, algumas estudantes, eu incluída, nos mobilizamos e fomos até a coordenação do curso para possibilitar a entrada do Elias na sala de aula, acreditando ainda inocentemente que a sala de aula de uma Universidade Federal seria um espaço **público**. No entanto, para o nosso desassossego, fomos recebidas com a recusa ao trânsito de pessoas não matriculadas para o ambiente da sala de aula. Argumentos sobre a segurança das alunas, alunas e alunos ser responsabilidade do professor e da Instituição foram decisivos para a recusa a convidar o Elis para assistir as aulas de dentro da sala. As estudantes foram chamadas de ingênuas por pensar que um menino de rua teria interesse genuíno em aprender sobre antropologia. Elias seguiu acompanhando as aulas pelo buraco da janela.

“você entendem, né?! que existe um perfil acadêmico, uma postura de comprometimento com a neutralidade e objetividade que precisa ser rigorosamente mantido! quem não consegue fazer isso, que faça outra coisa da vida, a universidade e a vida acadêmica não são para todo mundo!” (fala de professora)

QUE ANTROPOLOGIA É ESSA QUE ESTAMOS APRENDENDO?

que não vê o Elias como sujeito, que alunas são essas que não são revoltadas o suficiente para agirem, em vez de apenas reagir? que tipo de exercício de observação atenta, dialógica e responsável estando tendo no dia-a-dia? e eu pergunto, a você leitora, leitor e leitor, isso não é uma maneira simbólica de morte? de estupro? de emasculação? os cachorros que ficam na porta do ICH tem livre acesso a sala de aula, quantas vezes assistimos aulas com os cachorros lá dentro? a antropologia

consegue ter debates sobre humanos e não humanos, mas consegue debater racismo e sexismo na prática? tem a habilidade de ser antirracista e antissexista?

Meu argumento é que não, não temos a habilidade de ser na prática antirracista e antissexistas enquanto continuarmos a tratar as pessoas negras, pardas, indígenas, mulheres, LGBTQIA+ como objetos de análise e nunca como sujeitos e, portanto, aprendizes.

A educação bancária amplamente discutida por Paulo Freire (2013) e bell hooks (2017) entende as instituições de ensino como torre de marfim, algo distante dos problemas e dilemas que acontecem e brotam na rua. Os professores da torre de marfim, trabalham a fim de adequar as alunas, es alunes e os alunos ao mundo. Transmitindo e enchendo de conteúdos e metodologias as mentes vistas como vazias e passivas. Na sala de aula, as alunas, es alunes e os alunos, são apenas potes vazios que precisam que os professores depositem seus conhecimentos acumulados pela longa e árdua trajetória acadêmica. Segundo Tim Ingold (2020), a transmissão é a morte da educação, e por consequência da continuidade da vida social. Pois ela não percebe as pessoas como ativas e multifacetadas. Segundo Jean Lave (2015), é muito importante numa relação de educação e, portanto, de correspondência e aprendizagem, reconhecer o lugar da aprendiz. As aprendizes são engajadas com os outros e com as coisas que as rodeiam, reelaborando as habilidades dentro de sua prática. Aprender na prática significa fazer o que você sabe e o que não sabe ao mesmo tempo, num movimento interativo, contraditório e multifacetado. Ao argumentar da importância das discussões sobre aprendizagem se ater a esse lugar, ela chama atenção para o fato de que toda aprendizagem é situada e corporificada, ou seja, quem aprende algo aprende a partir do seu corpo, suas experiências de vida e habilidades também fazem parte do processo. E o fato de que cada pessoa parte de um corpo e experiência distintas não é algo negativo, pelo contrário, é o sentido da educação. A diversidade de perspectivas e de situações no mundo é o que nos tira das quatro paredes das identidades pré determinadas. Para antropologia como educação reconhecendo o lugar das aprendizes é necessário: a exposição, se pôr para fora das quatro paredes.

Além disso, pode parecer que mesmo nesses termos os “aprendizes” são indivíduos, mas eles não são nunca somente isso. Eles estão engajados em práticas cotidianas em múltiplos

contextos, participando em diferentes modos uns com os outros. (Jean LAVE, 2015, p.41)

“os professores não olham pra nós e nos enxergam”

As quatro paredes não são apenas um aspecto arquitetônico. Argumento que ela seja as ideias fixas de como as relações devem se dar, seja ela entre homens e mulheres, pessoas brancas e racializadas, pessoas cishétero e pessoas LGBTQIA+, professoras e alunas para buscar uma educação que seja além de transmissão: é preciso sair das ideias e posturas pré estabelecidas como legítimas e verdadeiras. Pois as quatro paredes sempre vão implicar em relações de poder, um que pode e outro que não tem pode, sem livre circulação acesso aos fluxos de pessoas, aprendizagem e leituras de contextos.

Mariza Corrêa, antrópologa brasileira e feminista, em seu texto “O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia” (1997) nos lembra que a formação tem uma função não só didática e educativa, mas, sobretudo, política, de manutenção de uma tradição do que e quem são os clássicos. Mais do que o sentido bibliográfico e de relação com texto, é também sobre como se dá a relação entre professores e alunas, sobre como um corpo canônico de textos e posturas são asseguradas através da proteção dessas obras – e, por extensão, dos homens que as redigiram (brancos, cisheteros, cristãos ou ateus, burgueses).

O debate sobre as relações difíceis entre o feminismo e a antropologia não é, assim, apenas uma atualização das lutas feministas da década de 70 pela conquista de direitos iguais: trata-se agora de por em questão a própria tradição da disciplina, constituída como um corpo canônico (masculino) de textos, cuja **autoridade e precedência vem sendo assegurada através do ensino** há algumas gerações. Mariza Corrêa p.71 (1997)

Na antropologia, a palavra ensino aparece comumente distanciada da palavra aprendizagem. Se escreve e reflete muito sobre ensino, mas pouco sobre aprendizagem, e nessa distância se encontra um ponto-cego pois se entende o ensino enquanto transmissão, limitando a reformulação das práticas, e metodologias. Deixando de lado que a antropologia sempre foi intervencionista, o meticuloso trabalho de interação, também é um meticuloso trabalho de intervenção. É necessário buscar as linhagens feministas da antropologia e do movimento social, para poder

intervir na narrativa hegemônica antropológica. A proposta aqui foi de pensar como essas coisas produzem realidade e como é essa realidade. Como é a sala de aula e as intervenções antropológicas que partem e que devem partir da formação, ensino e graduação em Antropologia. Nesse sentido a autoetnografia busca a experimentação de Outras maneiras de contação de narrativas a partir da fissura colonial em especial, Outras formas de participação e correspondência com o mundo vivo.

o que pode um corpo que
está entre?
que afeto, amor e vida...
elas podem degustar?

ofuscado de seu brilho
boa parte do tempo
disseram pra ela que...
se ela quisesse viver

estar vivíssima

era melhor morrer
viver nas larvas que
comeriam a podridão de
uma carne
que nunca esteve viva

viver em infernos
de carne
luxúria e vinganças

presa as próprias
ideias do que ela jamais
seria...

// respira.

ela é a força de milhares
condensada entre

isso e aquilo
o ontem e o hoje

não cabe a ela
nada cabe nela

nem mesmo suas roupas
gastas
lavadas
seguidamente

ela é um entre e saí

escolheu voar
não quer se entocar em
nada

tem medo
não pode fingir que não

estar viva exige uma
honestidade
crua

que dói

dilacerada
ela é

entre
fissuras

ela está
entre

o futuro

ancestral
e o passado
quase esquecido

entre a terra
e o cimento

ela não cabe em nada
nada captura

quando sente saudade
daquilo que é fixo

troveja
enquanto ela se banha

a tempestade chega
emana cheiros de terra
molhada

ela está sendo
guiada
pelas trovoadas e
ventanias

entre
os encantos de um mundo
vivo

entre o céu,
o fogo
e a terra.

ela está nos entre

nos espaços que estão o
ar e o respiro
o grito
e a revolta.

condensada no entre

está vivíssima
entre as fissuras do
cimento.

ela é a força de milhares



Considerações Finais

“E quando as palavras das mulheres clamam por serem ouvidas, cada uma de nós deve reconhecer sua responsabilidade de tirar essas palavras para fora, lê-las, compartilhá-las e examiná-las em sua pertinência à vida. Não nos escondamos detrás das falsas separações que nos impuseram e que tão seguidamente as aceitamos como nossas.” (Audre LORDE, 2019, p.52)

do começo ao fim essa escrita é encarnada. não me separo, na escrita sou deixada... tomada pelo ato de tecer, não sou apenas eu que controlo meus dedos, sou possuída, encarno a presença e, a partir dela, meus medos e hábitos tomam forma.

esse trabalho de conclusão de curso começou com uma carta às pessoas leitoras. seu propósito foi evidenciar minha carne - e algumas feridas. na tentativa de explicitar quem escreve, com ela conto um pouco da minha trajetória e dos caminhos que me fizeram chegar até aqui. nela compartilho com vocês as tramas que me fazem continuar a tecer. e deixo dito que meus pequenos passos, aqui e agora, vem de longe, vem de antes.

no capítulo 1, Escrever como quem escreve: autoetnografia como método, argumento sobre a escolha da autoetnografia, tomando-a como uma possibilidade de provocar atritos entre antropologia, literatura e educação. ao observar minha escrita posso reconhecer meu processo de aprendizagem e minha própria adesão ao pacto de produção de uma ciência capacitista, elitista, misógina e branca reconhecer para conhecer melhor, para fazer o reexame integral da colonialidade, para expor as fissuras que habitamos (FREIRE, 2013; SIMAKAWA, 2015, LUGONES, 2014). a autoetnografia pode ser um instrumento do projeto feminista descolonial de emancipação da subjetividade, que busca por meio da narração e análise crítica leitura de contextos específicos. segundo Conceição Evaristo (2020), é por meio das especificidades do cotidiano que podemos afetar o coração e a consciência de mais pessoas, rumo a uma vida menos violenta.

no capítulo 2, Entre quatro paredes: o quarto e a sala de aula. visibilizo violências diárias que atravessam a vida das pessoas colonizadas. ao falar de

estupro, proponho um olhar denso ao nosso imaginário sobre violência sexual e os pactos de coprodução de violência que estabelecemos ao ocupar espaços privilegiados, como a universidade. evidenciando que professoras, professores e alunas, alunas e alunos também violam a liberdade de expressão e trânsito de pessoas que não são seus pares. explicitando que vivemos quase imersas na colonialidade. digo quase, posto que há ainda possibilidade de fuga dos modos de violência. se aprendemos a violentar, podemos desaprender como nos convida Catherine Walsh (2013) e Maria Lugones (2014), entre outras. para mim, um dos primeiros passos para desaprender a violência é falar sobre ela. no silêncio ela come nossos sonhos e deslumbres de uma vida sem dor ou brutalidade. ousar sonhar, como ousar escrever esse texto, ousar viver.

preciso dizer que não estou satisfeita com o resultado dessa escrita, apesar das tentativas, ela ainda é dura, enrolada, dá muitas voltas pra chegar onde quero... ela ainda está muito próxima da escrita padrão da antropologia. por mais que me esforce conscientemente em me desviar dessa escrita, não teve como, foi como aprendi a analisar antropologicamente nos cinco anos de graduação em antropologia. o texto talvez não seja acessível a pessoas de fora da academia, talvez ainda converse principalmente com pares.

precisamos ir além dos discursos e currículos no âmbito acadêmico, é uma questão de prática, de como estamos nos relacionando no dia a dia com as pessoas a nossa volta. de como estamos vivendo e dando continuidade à vida estruturada pelo racismo, patriarcado e capitalismo. a antropologia é intervencionista, assim como teórica, ao se inserir na vida e cotidiano das pessoas. as antropólogas educam e intervêm, com seus corpos encarnados e cheios de tramas e pré conceitos. é preciso levar a sério o trabalho de interação com as coisas, tendo em vista que nosso trabalho é sobre envolvimento e engajamento com nossas comunidades e lugares aos quais ocupamos. precisamos de uma perspectiva crítica e prática que nos permita retomar os caminhos percorridos pelas ancestrais. não é sobre criar algo novo, é sobre retomar, lembrar as formas de ser e interagir afetivas e cuidadosas, que quebram o sentido romântico e generificado que as palavras: afeto e cuidado, carregam. é retomar relações ancestrais pelas quais somos costuradas às pessoas, à terra, ao clima e aos raios. não estamos fora da natureza, somos parte da natureza.

somos parte dos problemas que estão na porta da universidade, não podemos mais ignorar as pessoas para sermos felizes com salários e vida quente garantida. a

revolta e a inconformação são práticas que buscam a construção de uma vida digna. não apenas para mim, para nós. um nós que inclui o Elias assistindo a aula pela janela, o cachorro, as árvores, os pássaros e as ventanias. como nos lembra Gloria Anzaldúa (2020), não podemos superar ou transcender as dificuldades criadas pela colonialidade, temos que atravessar os perigos.

no entanto, preciso dizer também que não chegaria a essas reflexões sem a Antropologia. ela me permite essa densidade reflexiva, esse olhar atento ao mundo e as trajetórias. de fato, a antropologia educou minha atenção para perceber movimentos cotidianos como sistêmicos, a olhar com olhos curiosos as ambivalências e contradições, a perceber os fluxos e questionar as hierarquias postas como legítimas, verdadeiras e imutáveis. ela mudou e continua a mudar meu jeito de participar do mundo vivo. a perturbação que meu corpo necessita para produzir conhecimento é um efeito colateral da antropologia em minha vida. esse texto é uma intervenção na ciência hegemônica, masculinista, branca e cishéterocentrada. é o grito de uma pessoa desviante que foge das tecnologias de guerra e controle. a destruição dessa ciência hegemônica é, para mim, questão de vida e morte. esse texto pretende ser um grito de vida. um grito de alguém que quer respirar, sentir o ar invadir os pulmões, sem silêncios guardados no peito.

no íntimo deste texto está a intervenção mais amorosa que poderia fazer neste momento, estou cumprindo uma promessa que fiz à minha mãe quando criança. ela me disse numa noite triste, enquanto tateava com dedos de pequena poeta seu rosto:

-nunca deixe que o mundo tire nosso lugar mais íntimo: o afeto.

é cumprindo essa promessa que escrevo sobre as dores e vejo a destruição deste CISTema fálico e falido. estamos rumando a sua destruição. entendo que destruir essa ciência é voltar para a ciência que nos sustenta diariamente: a ciência de nossas ancestrais. onde o afeto nos permite olhar para nós e ao nosso entorno, lembrando que somos parte de um todo. o caminho que me guia e me faz sentir raiva, dor, incomodações é o mesmo caminho que me leva de volta, mas, de volta pra onde? de volta ao meu corpo, à autodeterminação, à emancipação de minha escrita, poética e interesses.

sonho muito em voltar a viver uma vida simples como a minha avó dizia, assim como minhas avós e avô, quero voltar para o futuro ancestral. esse caminho começa aqui, com as grafias de histórias mal ditas e a poesia que carrego em meu sangue. a volta começa com sua enunciação.

sinto como se um furacão tivesse passado por mim. agora, no alento dos destroços sinto uma esperança peculiar. tudo se foi, nada se foi, tudo está aqui e mais um pouco. a matéria não some, nem mesmo a matéria dos sentimentos esses permanecem vivos uns como broto, semente, muda ou árvore frondosa. não há inexistência nessa vida, há uma insistência lenta em continuar a tecer ...

a molhar nas águas da vida. estar presente.

não sei muito bem quem sou ou quem fui, muito menos o que estou.

todos os dias há furacões.

destroços e vida, o amargo do café e poesia

passo os dias tecendo,

insistências lentas,

miúdas

em viver

sentir me viva, olhando para os destroços e as fissuras.

sabe leitora, leitore e leitor...

é difícil tecer insistências lentas e isso não se faz só com mãos fortes...

é um trem de corpo,

de pé.

estou em pé, olhando os destroços...

no horizonte, logo vejo uma nova ventania chegando

brisas geladas passam pelos meus sentires

meus olhos antigos

conhecem o poder que há nas brisas geladas...

não sei o que será...

só sei que continuarei de pé!



(imagem do vídeo performance [Confluências 2021](#), de Cláudio Souza.)

essa fotografia marca, de certa maneira, o nosso retorno.

a fotografia é de uma vídeo performance onde o artista, Cláudio Souza, meu pai, coloca pela primeira vez seu corpo como obra de arte e intervenção. desde o início da graduação nos formamos juntas, confabulando diálogos intermináveis sobre nossa trajetórias e andanças. compartilho com ele as leitoras que cito ao longo deste trabalho, em especial Gloria Anzaldúa. ele realizou essa performance após ler seu texto 'La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência'. voltar aos caminhos ancestrais significa andar em constantes aprendizagens entre diferentes gerações e vivências, potencializando o lugar das aprendizagens quebrando as hierarquias postas como legítimas e verdadeiras.

aprendemos juntas a olhar os morros e a subi-los também.

em busca de yvy maraey.

Referências Bibliográficas:

- ABU-LUGHOD, Lila; DO REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva; DURAZZO, Leandro. A escrita contra a cultura. **Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018.
- ANZALDÚA, Gloria et al. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. **Revista estudos feministas**, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: **Voices**, p. 5-58, 2002.
- CÁRDENAS, Linda Osiris González. SMITH, Linda Tuhiwai. 2018. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**; tradução. Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.
- CORRÊA, Mariza. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. **Horizontes Antropológicos**, v. 3, n. 7, p. 70-96, 1997.
- DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Livraria F. Alves, 1960.
- DE SOUZA NASCIMENTO, Silvana. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 2, p. 459-495, 2019.
- Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Organização Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado. Salvador: eDUFBA, 2014.
- ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHER, Arthur P.. Autoetnografia: un panorama. *In*: ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHER, Arthur P. **Autoetnografía: una metodología cualitativa**. México: Universidad Autónoma de Aguascalientes e El Colegio de San Luis, 2019. p.17- 43.
- Evaristo, Conceição. **A Escrivência e seus subtextos**. Organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes. Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideia, p. 201-212, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020.

GAMA, Fabiene. Sobre emoções, imagens e os sentidos: estratégias para experimentar, documentar e expressar dados etnográficos. **RBSE v. 15 n. 45 Dezembro de 2016 ISSN 1676-8965**, p. 141, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**; tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WM Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria na prática**; tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

INGOLD, Tim. Antropologia e/como educação; tradução Vitor Emanuel Santos Lima, Leonardo Rangel dos Reis. Petrópolis: Vozes. 2020

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2019.

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, p. 37-47, 2015.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**; tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-102, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MORENO, Eva. Estupro em campo: Reflexões de uma* sobrevivente. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 26, n. 1, p. 235-265, 2017.

MUNANGA, Kabengele. A mestiçagem no pensamento brasileiro. _____. **Identidade nacional versus identida negra**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 53-90, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1. p. 13-37, 1996.

PAIVA, Livia de Meira Lima; SABADELL, Ana Lucia. O crime de estupro à luz da epistemologia feminista: um estudo de caso no STF. **Delictae Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito**, v. 3, n. 4, p. 110-155, 2018.

Peirano, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro :Relume-Dumará, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 1, p. 210-234, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas- Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

RICH, Adrienne. **Que tempos são estes**, tradução: Marcelo Lotufo. São Paulo: Edições Jaboticaba, 2018.

RONAI, Carol Rambo. Múltiples reflexiones sobre el abuso sexual infantil: Un argumento para una narración en capas. *In*: ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHER, Arthur P. **Autoetnografía: una metodología cualitativa**. México: Universidad Autónoma de Aguascalientes e El Colegio de San Luis, 2019. p.17- 43.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. **São Paulo: Companhia das Letras**, p. 99-133, 1993.

SEGATO, Rita. **Contra-Pedagogías de la crueldad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**. Prometeo libros, 2021.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

WALKERDINE, Valerie. O raciocínio em tempos pós-modernos. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales Tomo I: Prácticas insurgentes de resistir,(re) existir y (re) vivir**. Editorial Abya-Yala, 2013.